

**Agressão de Gilmar não ficou sem resposta**

# Para Barroso, 'Gilmar está sempre atrás de algum interesse que nunca é o da Justiça'

Reprodução - TV Justiça



**"V. Ex" é uma mistura do mal com o atraso e pitadas de psicopatia", disse ministro Barroso**

**P**aladino da impunidade dos ladrões do dinheiro público, Gilmar Mendes, na sessão do STF de quarta-feira, agrediu os ministros Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Luís Fux, que têm a posição de que os corruptos devem

ir para a cadeia, após serem condenados em primeira e segunda instâncias. "Vossa excelência é uma desonra para o Tribunal", reagiu o ministro Barroso. "Não tem ideias, não tem patriotismo, está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça". **Pág. 3**

## Apagão atinge São Paulo, Minas e 14 Estados do Norte e Nordeste

Quanto mais se privatiza, pior e mais caro o setor elétrico nacional fica

Antonio Coelho



No escuro desde às 15h48, Recife continuava sem energia elétrica quando anoiteceu. Corte também atingiu Goiás

### Manifestação por Marielle no Rio de Janeiro pede que os bandidos não fiquem impunes

Uma manifestação na Candelária, na última terça-feira, lembrou a morte da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, assassinados dia 14. Após o ato, os manifestantes foram em passeata até a Cinelândia, e rebatizaram uma rua com o nome de Marielle (foto). "Estou com sangue nos olhos para buscar justiça pela minha irmã", disse Anielle Silva **P. 3**



Fernando Frazão - ABr

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou e o ministro do Supremo Edson Fachin concordou com inclusão do depoimento do doleiro Lúcio Funaro no inquérito que investiga o pagamento de propina a Temer e seus auxiliares, Eliseu Padilha e Moreira Franco, por parte da Odebrecht em troca de facilidades para a empresa na Agência de Aviação Civil. **P. 3**



Beto Barata - ABr

Um apagão deixou o país sem energia elétrica na tarde desta quarta-feira (21). A queda de energia se iniciou às 15h48min e o fornecimento só foi completamente restabelecido às 19 horas. Mais de 2 mil municípios de 14 estados do Norte e Nordeste do país sofreram apagão total. Também houve registro de falta de energia em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Enquanto isso, o preço da energia elétrica tem aumentado bem acima da inflação para mais da metade dos brasileiros. **Pág. 4**

### Militares no RJ: Temer diz que não paga nem a dívida de 2017

O governo Temer anunciou que não vai pagar nem a despesa que o Exército teve em 2017 com as operações no Rio de Janeiro - R\$ 1,6 bilhão -, nem muito menos as da intervenção deste ano, que são mais R\$ 1,5 bilhão, segundo o general Walter Braga Netto, interventor no Estado. O máximo que Temer se comprometeu foi com R\$ 1 bilhão, mesmo assim retirados de parte dos R\$ 8 bilhões que o governo pretende arrecadar com a reestruturação da folha salarial. Esse é um recurso que pertence ao orçamento da Seguridade Social, que havia sido cortado com a desoneração de Dilma, e agora desviado para diferentes fins. **Pág. 2**



### Gilmar Mendes virou a boia de salvação do PT

O PT e os lulistas descobriram as grandes virtudes de Gilmar Mendes. Ao mesmo tempo, atacam o ministro Luis Roberto Barroso. Assim querem garantir a impunidade de Lula - junto com a de Cabral, Cunha, Geddel e outros perseguidos e injustiçados do mesmo naipe. **Página 3**

**REAL BRASIL**  
**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

### Câmara de SP para votação de confisco salarial dos servidores

Após nova manifestação dos servidores na terça-feira, a Câmara de SP adiou a votação do PL que tira até 7% a mais dos salários. **Página 5**

**Poluidora Hydro ganhou R\$ 7,5 bi de isenção fiscal**

Pág. 6

# Temer desvia 8 bi da Seguridade para destinar apenas 1 bi ao Rio



Marcos Corrêa/PR

General afirmou que precisaria de R\$ 3,1 bilhões para começar um trabalho consistente de combate ao crime no Rio

O presidente Michel Temer decidiu centrar esforços na aprovação do projeto de reestruturação da folha para obter recursos, entre outras coisas, para a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. Para isso, reuniu, nesta quarta-feira (21), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), onde participam membros do governo e da sociedade civil. O assalto à Previdência Social foi o caminho que o governo achou para arranjar dinheiro sem mexer nos recursos para os juros da dívida pública.

A decisão sobre o desvio dos recursos dos aposentados e pensionistas foi tomada em reunião na terça-feira (20). O Planalto quer pressa e empenho para ter rapidamente “esse reforço de caixa no Tesouro”. Estima-se, com essa medida uma arrecadação extra de cerca de R\$ 8 bilhões. Mesmo arrecadando isso, apenas R\$ 1 bilhão seria repassado ao Rio de Janeiro, os outros R\$ 7 bilhões provavelmente serão usados por Meirelles e Temer para o pagamento de juros.

A desoneração da folha salarial, criada no governo Dilma, reduziu o pagamento do Cofins e o PIS, duas fontes de financiamento da Previdência. Agora, com a possível reestruturação, esses recursos deveriam ir para onde manda a Constituição, e não serem usados para outros fins.

Mesmo querendo usar recursos da reestruturação da folha salarial, que pertencem ao orçamento da Seguridade Social e da Previdência, a verba que o governo federal anunciou que vai liberar para a intervenção no Rio, de R\$ 1 bilhão, ficou muito aquém do pedido feito pelo interventor, general Walter Braga Netto. “Nós vamos garantir recursos para a intervenção no Rio de Janeiro. Isso já está definido e assegurado”, disse Temer no dia anterior. “Para o Rio de Janeiro, R\$ 1 bilhão”, afirmou após evento no Itamaraty.

O general, que se reuniu na terça-feira (20) com deputados e vereadores, afirmou que precisaria de R\$ 3,1 bilhões para começar um trabalho consistente de combate ao crime no Rio. Boa parte desses recursos são, inclusive, para pagar dívidas passadas. Além de quitar despesas pendentes de anos anteriores, Braga Netto pediu mais R\$ 1,5 bilhão para gastos de 2018.

Durante a reunião do Conselho (CDES), Temer afirmou que o governo não tem como arcar com a despesa de mais R\$ 2 bilhões.

Michel Temer pediu que se chegasse a um acordo

## Planalto prepara entrega de 90% da Embraer para norte-americana Boeing

Mesmo com todo o contorcionismo do governo Temer, vai ficando cada vez mais clara que a alegada “defesa dos interesses nacionais” é pura balela. A proposta que vem sendo debatida com a Boeing em relação à Embraer é a criação de uma nova empresa, com controle dos norte-americanos entre 80% e 90%. A “nova” Embraer ficaria com o setor de aviação comercial (jatos regionais e executivos), enquanto a área de defesa ficaria com a empresa atual.

Ou seja, as diretrizes da empresa de aviação comercial a ser criada serão

ditadas diretamente de Chicago, sede da Boeing. A Embraer foi privatizada em 1994, mas o governo ficou com uma ação de classe especial (“golden share”), que dá ao governo brasileiro direito a veto em negócios considerados estratégicos, como a mudança de controle acionário.

Atualmente, as ações da Embraer estão pulverizadas entre diversos acionistas nacionais e estrangeiros, que são a imensa maioria (85%). Entre os quais os nacionais BNDES Participações (5,4%) e o fundo de pensão do Banco do Brasil, Previ

(4,8%); além dos internacionais Brandes Investments Partners (15%), Mondrian Investments Partners (10%) e Blackrock (5%).

A Embraer não teria qualquer ingerência sobre a área de aviação comercial. Teria direito apenas ao fluxo de dividendos correspondente a 10% a 20% dos resultados da nova empresa.

Assim, os interesses estratégicos e de segurança nacional serão ameaçados, pois o setor mais rentável – aviação comercial – que sustenta o conjunto ficaria nas mãos dos norte-americanos.

## Parente fecha fábricas de fertilizantes da Petrobrás na Bahia e em Sergipe

A Petrobrás, presidida pelo preposto de Temer Pedro Parente, anunciou na terça-feira (20) o fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (Fafen-BA), localizada no Polo Industrial de Camaçari, e a de Sergipe (Fafen-SE), o que significa o abandono do projeto de produção de fertilizantes pela estatal.

Segundo comunicado, as fábricas subsidiárias da companhia fecharão até o final do primeiro semestre e a decisão foi motivada pela “operação deficitária” das unidades.

Para a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), o fechamento das fábricas representa uma “atitude contra os interesses do Brasil”.

“Este é um caso didático da importância das empresas estatais para o país. Os investimentos no segmento foram feitos pela Petrobrás”, afirma a entidade em nota, destacando que com a decisão, os fertilizantes não produzidos serão importados, agravando as contas do país, que já é obrigado a trazer do exterior mais de 75% do necessário para o abastecimento do mercado interno e para exportação.

“Apesar de ser uma potência agrícola, o Brasil é extremamente dependente de insumos externos. Num momento de recessão econômica e desemprego, é uma atitude contra os interesses do Brasil”, continua nota.

“Pedro Parente mente quando diz que a Fafen dá prejuízo. Não é a primeira vez que tentam privatizar a Fafen. Em 2012, com o anúncio do plano de desinvestimento pelo governo Dilma (PT), o Sindipetro já alertava que o objetivo era desmontar a Fafen e a Petrobrás”, denuncia o Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas (Sindipetro-SE/AL).

“Esses governos apli-



Divulgação

caram em nosso país uma política de recolonização, com uma economia completamente dependente da exportação de matéria prima bruta. Essa é a única explicação para o desmonte da indústria nacional de fertilizantes. Fertilizantes são estratégicos para nossa soberania alimentar, para o aumento de nosso PIB e contribuem para o equilíbrio da balança comercial”, avaliou o sindicato, que promete resistência contra o fechamento das fábricas.

A decisão foi tomada a despeito dos aumentos sucessivos na produção agrícola brasileira, o que impulsiona o consumo de fertilizantes. Além disso, o fechamento das fábricas vai implicar na perda de mais de 700 empregos diretamente e aos menos 15 empresas deixarão de ser abastecidas pela estatal, favorecendo as multinacionais do setor. A produção de amônia abastece empresas como a Oxiteno, Acrinor, Proquigel, IPC do

Nordeste e PVC. A ureia é utilizada na Heringer, Fertpar, Yara, Masaica, Cibraferil, Usiquímica e Adubos Araguaia; e o gás carbônico, na Carbonor, IPC e White Martins.

A Petrobrás afirmou que como alternativa “investirá” na viabilização da importação desses insumos, aumentando a dependência do país.

O fechamento das duas fábricas faz parte do programa de desinvestimento na estatal iniciado no governo Dilma e radicalizado com Temer e Pedro Parente na presidência do Conselho da empresa. Com a justificativa de que os cortes ajustarão as contas da empresa que está “endividada”, o plano prevê a venda do patrimônio da companhia, cortes bruscos nos investimentos e fim do projeto integrado de produção de combustível da estatal, com o claro objetivo de faltar a empresa até que seja “justificável” sua privatização por completo.

## Em recessão, governo reduz financiamento do BNDES, diz economista

O economista Nilson Araújo de Souza, destacou, em entrevista à Rádio Independência, na segunda-feira (19), que está havendo queda dos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em plena recessão. “O financiamento do BNDES, que é um banco público, que financia a indústria a juros baixos, caiu 18%. O investimento público no ano passado caiu 1,8%. Há 4 anos que os investimentos vêm caindo. Começou a cair em abril de 2014 e seguiu caindo o ano passado, e se o investimento cai, a economia não pode se alavancar de maneira sustentável”.

Segundo o professor, “a taxa de investimento, que é o investimento sobre o Produto Interno Bruto e que representa um dado importante para saber o rumo da economia, estava, entre 2010 e 2014, na casa de 20% do PIB. A partir de 2014, a taxa começou a cair. No ano de 2017, esta taxa ficou em 15,6%. Se comparada com outros países, por exemplo, como a Rússia, a taxa é de 24%, a da Índia está na faixa de 30% e a da China 44%, o Brasil está muito atrás. Esta taxa de 15,6% não consegue alavancar a economia”.

Nilson Araújo lembrou que em algumas situações a economia pode crescer durante certo tempo mesmo sem investimentos. Isso se dá por conta da utilização de capacidade ociosa.

“Se você tem capacidade ociosa e tem um estímulo de demanda, pode haver crescimento sem investimentos. A demanda pode estimular a empresa a produzir, mesmo não aumentando o investimento, ou seja, utilizando a capacidade ociosa. O ano passado teve um certo estímulo de demanda, mas muito pequeno, o consumo das famílias cresceu 1%”, disse Nilson. “É um crescimento episódico, em função da liberação do FGTS no começo do ano. A queda da inflação também, de alguma maneira, estimula as pessoas a comprarem mais. Porém, para as pessoas poderem continuar comprando e comprar mais tem que ter mais dinheiro para isto, e o poder de compra do salário não está aumentando a ponto de gerar uma demanda sustentável. O consumo do governo, que é outro elemento de demanda, caiu o ano passado 0,9%”, disse o economista.

“No ano passado como nós vimos, a economia estacionou. O PIB cresceu 1% em 2017 e a produção industrial zerou. Já em janeiro, a produção industrial caiu 2,4%. Então, não existe uma expectativa grande das empresas de que a economia vai bater um crescimento mais amplo este ano, para começar a contratar. Para a recuperação ser sustentada, ela tem que ter, não só o investimento garantido, que garanta o crescimento da produção depois da capacidade ociosa esgotada, mas também uma demanda garantida. E para ter uma demanda garantida, o nível de emprego tem que aumentar, para a massa salarial no seu conjunto aumentar”.



Escreva para o HP  
horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo - SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: hprj@oi.com.br  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: horadopovomg@uol.com.br  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317  
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: horadopovo@yahoo.com.br  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

## Taxa real de juros do BC continua na estratosfera

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu na quarta-feira (21) a taxa básica de juros (Selic) de 6,75% ao ano para 6,5% ao ano, o menor índice nominal da série histórica. Foi o maior até no governo e na mídia domesticada.

O vampiro que ocupa o Palácio do Planalto escreveu no Twitter: “A minha política econômica está fazendo história. A taxa básica de juros, a Selic, é a menor já registrada, 6,5%, conforme decisão do Copom, hoje. E graças à inflação que continua baixando. O resultado é mais investimentos das empresas, mais empregos e maior consumo das famílias”.

Seria cômico se não fosse trágico. Como sabe qualquer estudante de 1º ano de Economia, o que interessa não é a taxa nominal de juros, mas a taxa real de juros. Confor-

que há muita pressão de alguns setores da economia que querem ficar de fora da reestruturação.

Os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Carlos Marun (Secretaria de Governo) e os líderes do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e no Congresso, André Moura (PSC-SE), ficaram de destruir as resistências junto à base aliada. Também participaram do encontro o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, e Eduardo Guardia, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

Temer deixou claro que quer ter garantias de recursos para todas as ações necessárias para a intervenção federal na segurança do Rio. O deputado Orlando Silva (SP), relator da matéria, criticou na terça-feira (20) a possibilidade de o governo federal utilizar receitas obtidas com a mudança no sistema de desoneração da folha de pagamentos para bancar a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro. A possibilidade foi confirmada na segunda (19) pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

Nesta quarta-feira (21), Meirelles, declarou que, além de usar os recursos que devem ser obtidos com a reestruturação da folha de pagamento, o governo pode custear a intervenção federal no Rio de Janeiro com dinheiro realocado de outros ministérios e com emissão de dívida. “O governo, para aportar recursos, tem três alternativas: tirar recursos de outras áreas; coletar mais impostos, e aí a única coisa que estamos fazendo é a correção dessa distorção que é a reestruturação da folha, e o endividamento”, disse.

Fingindo desconhecer que o interventor do Rio, general Braga Netto, já apresentou ao governo as necessidades financeiras de R\$ 3,1 bilhões para a intervenção, Meirelles afirmou que as Forças Armadas ainda não repassaram ao governo o valor exato do crédito solicitado e confirmou o cálculo de R\$ 1 bilhão, já anunciado por Temer.

Ele também voltou a dizer que parte da intervenção será bancada com recursos que já foram liberados para o projeto de “recuperação fiscal” do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, Meirelles repete o que ele disse na semana passada, que o Estado já tem os recursos que os militares estão demandando e que o governo federal não tem mais nada a acrescentar. Com isso, os generais começam a assistir a um jogo de empurra que não parece agradar nem um pouco.



## Ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa debate com o governador de Pernambuco candidatura à Presidência

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, reuniu-se com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara, em mais um movimento na direção de lançar sua candidatura à presidência da República pelo PSB.

Eles se encontraram na semana passada, no Rio de Janeiro, no apartamento do deputado federal Alessandro Molon, que pertencia à Rede, mas se filiou ao PSB no final de fevereiro. A reunião aconteceu a pedido de Barbosa.

O ex-ministro vem se reunindo com os principais nomes do partido. Câmara e uma ala do PSB de Pernambuco têm conversado com presidenciáveis de outros partidos, entre eles o ex-ministro Ciro Gomes (PDT).

Na sexta-feira (16), Barbosa também conversou longamente com Márcio França, vice-governador de São Paulo. Mesmo sem definição, entusiastas da candidatura de Barbosa pelo PSB vêem nesses movimentos uma sinalização de que o ex-ministro está disposto a concorrer ao Planalto.

# Luís Barroso para Gilmar: “Você desonra o Supremo”

Reprodução/TV Justiça



## Ministro do STF durante a reprimenda a Gilmar Mendes Depoimento explosivo de doleiro será incluído no inquérito que investiga propina para Temer

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, solicitou e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin concordou com inclusão do depoimento do doleiro Lúcio Funaro no inquérito do STF que investiga o pagamento de propina a Michel Temer e seus auxiliares, Eliseu Padilha e Moreira Franco, por parte da empreiteira Odebrecht em troca de facilidades para a empresa na Agência de Aviação Civil.

No depoimento, Lúcio Funaro, colaborador da Justiça, relata que o ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), atualmente preso, pediu a ele, em 2014, que retirasse R\$ 1 milhão do escritório do amigo e ex-assessor especial do presidente José Yunes, em São Paulo, e enviasse o dinheiro para Salva-

dor. Funaro declarou que, segundo Geddel, o montante da propina precisava ser enviado para Salvador, cidade onde o ex-ministro tem residência.

Ainda conforme o operador financeiro, esse dinheiro era referente a doação, via caixa 2, da construtora Odebrecht. Ele acrescentou que, de acordo com Geddel, o repasse foi acertado com Temer e Eliseu Padilha. O acerto, segundo executivos da Odebrecht, foi firmado em um jantar no Palácio do Jaburu no qual teria sido discutida a divisão de valores destinados ao PMDB.

Segundo Funaro, dirigentes da Odebrecht usaram o doleiro Alvaro Novis para fazer com que os valores destinados a Temer chegassem a José Yunes. Ao narrar o recebimento do R\$ 1

milhão, Funaro disse que se dirigiu ao escritório de Yunes, no Itaim Bibi, em São Paulo, e que no local, após uma conversa com o advogado amigo de Temer, na qual teriam trocado cartões, uma caixa com a quantia acertada teria sido repassada pela secretária e o motorista de Yunes.

Funaro, então, disse que retornou com os valores até o seu escritório e pediu para que um funcionário fosse até a Bahia levar a encomenda para Geddel. “O dinheiro foi entregue em Salvador por um funcionário de logística de transporte de valores do doleiro Tony, o qual retirou os valores em São Paulo e, no dia seguinte, fez a entrega na sede do PMDB da Bahia”, registra um dos anexos de Lúcio Funaro.

Leia mais em [www.horadopovo.org.br](http://www.horadopovo.org.br)

## “Não à entrega da Embraer para a Boeing”, defende João Goulart Filho

Divulgação



O ex-deputado João Goulart Filho, pré-candidato a presidente pelo Partido Pátria Livre (PPL) afirmou na quarta-feira (21), em entrevista à Rádio Folha Pernambuco, que seu partido é um partido novo, e que, antes mesmo de ser um partido, “já lutava contra a ditadura e, agora, defende um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil”. Um modelo que, segundo ele, objetiva completar a obra de seu pai, o ex-presidente Jango, deposto pelo golpe pró-imperialista de 1964. João Goulart cumpre a agenda política em Pernambuco, depois de ter apresentado suas propostas na Paraíba.

“O Partido Pátria Livre”, disse ele, “não terá acesso ao fundo eleitoral, mas isso não nos desanima nessa empreitada. Isso só significa que o partido não tem nenhum compromisso com o que está aí”. “Será uma batalha de David contra Goliath, mas, é bom lembrar que, algumas vezes, Goliath perde”, disse ele. “Esse fundo eleitoral que está aí foi criado para manter o foro privilegiado dos parlamentares que foram eleitos com base em propinas de empreiteiras e grandes grupos empresariais”, acrescentou o pré-candidato. Para ele, o compromisso maior de sua candidatura é com o nacionalismo econômico, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das estatais estratégicas. “Nós vamos reverter a reforma

trabalhista que tirou direitos dos trabalhadores”, garantiu o ex-deputado. “Vamos também lutar contra as privatizações de nossas estatais como a Eletrobrás, a Petrobrás”. “Não queremos a entrega da Embraer para a Boeing”, salientou. Ele disse que o golpe contra seu pai não foi contra a figura de Jango, mas contra um projeto de nação independente. “E muitas das reformas que Jango estava implementando, como a reforma agrária, a reforma bancária, a questão da remessa de lucros, a mudança nos tributos, e outras, estão bastante atuais”, apontou. “Vamos revisitar essas reformas inconclusas e vamos trazê-las para os dias atuais”, disse João Goulart. No final do dia o pré-candidato esteve na Câmara de vereadores de Cabo de Santo Agostinho onde discursou, mesmo durante um apagão, que atingiu vários estados do Nordeste. A luz para o evento foi garantida com faróis de carros.

Sobre a situação da esquerda, João Goulart, afirmou que o país está vivendo um período difícil, mas, segundo ele, “é com democracia que se encontram os melhores caminhos para superação da crise”. “Se o Bolsonaro quer defender ideias fascistas, que o faça, se Lula quer ser candidato, tudo bem. Mas, eu acho que é constrangedor uma candidatura pendurada em liminares”, observou. “Acho que seria muito ruim um candidato como o ex-presidente obter os votos e, depois, ter sua candidatura impugnada. Ter os votos impugnados. Seria melhor que ele tentasse promover um grande diálogo e não insistisse com sua candidatura”, argumentou.

Em entrevista para o site da UOL, publicada na quarta-feira, João Goulart comentou a ida de Lula a São Borja, no RS, terra de Getúlio. Na opinião de João Goulart esse gesto significa “uma revisão do PT sobre Getúlio Vargas”. “Eles consideravam Getúlio como fascista. Agora estão tendo que rever essa avaliação e se inspirar no que representou Getúlio. Ele foi responsável pela industrialização do país e pelos direitos trabalhistas. Os mesmos direitos que hoje estão sendo retirados”, completou João Goulart.

## Ato no Rio por Marielle e Anderson exige justiça

Uma manifestação na Candelária (que começou na Cinelândia), na última terça-feira (20), lembrou a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, assassinados dia 14. Após o ato, os manifestantes seguiram para uma cerimônia ecumênica na Cinelândia, também no Centro do Rio.

“Estou com sangue nos olhos para buscar justiça pela minha irmã. Não vou descansar enquanto isso não for resolvido.

Sou professora, não tenho experiência nenhuma na política, mas sempre lutei pelos direitos dos humanos, assim como minha irmã”, disse a irmã de Marielle, Anielle Silva, no carro de som.

A mulher do motorista Anderson Pedro Gomes, Agatha, também esteve no evento. Ela também disse que vai lutar por justiça.

“É por isso que a gente está aqui pra lutar, porque cada um de nós juntos fazemos valer os nossos direitos. Até porque depois

dele e da Marielle tivemos mais quantos? Quantas vezes a gente vai ligar os noticiários e ver que mais alguém morreu porque não temos segurança?”, questionou.

Após recebe uma carta da filha de Marielle, Luyara Santos, o papa Francisco falou por telefone com a mãe da vereadora.

Mais 5 procuradores vão reforçar a investigação das mortes de Marielle e Anderson Pedro Gomes feita pelo Ministério Público.

## Alckmin é oficializado e diz que vai fazer “reforma da Previdência no primeiro ano de mandato”

O PSDB oficializou, na última terça-feira (20), a pré-candidatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à presidência da República. O anúncio ocorreu após reunião da executiva nacional na sede do partido, em Brasília.

Presidente nacional da legenda, o tucano foi o único inscrito nas prévias internas após vencer disputas dentro da legenda. O nome dele enfrentava resistência de alguns setores do partido. O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, por exemplo, desistiu de participar das

prévias alegando que elas seriam uma fraude.

Alckmin confirmou que planeja deixar o comando do governo paulista no dia 6 de abril, prazo máximo para a desincompatibilização a fim de disputar a eleição. Ele antecipou também que entre as medidas que pretende adotar no primeiro ano de governo, caso eleito, é a reforma da Previdência.

“Reforma tem que ser feita no primeiro ano de mandato. Quem for eleito presidente da República terá mais de 60 milhões de votos. A legitimidade é muito grande”, disse.

## Lula ofende a Justiça e diz que juízes não são honestos

Após enfrentar protestos em Bagé e Santa Maria, o ex-presidente Lula voltou a atacar a Operação Lava Jato e a Justiça, durante sua passagem pelo Rio Grande do Sul.

Mesmo condenado a uma pena de 12 anos e um mês, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o petista afirmou que o juiz Sergio Moro, os desembargadores do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) e os procuradores do Ministério Público não têm “10% da honestidade” que ele teria.

“Se juntar todos os meus acusadores... Aqui do Rio Grande do Sul os três que me julgaram, o Moro, o Ministério Público da Lava Jato, a Polícia Federal, colocar numa prensa e espremer, o que sobrar não tem 10% da honestidade que eu tenho”, disse.

Os ataques ocorreram na noite da terça-feira (20), em discurso no bairro Nova Santa Marta, em Santa Maria. Mais cedo, militantes pró e contra Lula trocaram xingamentos e empurrões enquanto o ex-presidente se reunia com reitores e diretores de insti-

tuições federais na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria).

Lula também disparou contra produtores rurais, que fizeram um protesto contra sua caravana em Bagé. “Essa gente derrubou a Dilma e essa gente não quer que eu volte”, disse. Ele afirmou que os fazendeiros não eram “agradecidos” por políticas de incentivo dos governos petistas e “passam o tempo todo falando mal” do partido.

“Se eles (ruralistas) tratassem os empregados como tratam os cavalos, os empregados estariam muito bem de vida”, afirmou.

A viagem de Lula ao Rio Grande do Sul foi marcada pela tensão. Militantes favoráveis e contrários ao ex-presidente se enfrentaram em várias ocasiões. Antes do ato público no bairro Nova Santa Marta, antigamente uma ocupação de movimentos por direito à moradia, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, declarou que o partido pedira a autoridades federais e gaúchas reforço para a segurança da caravana.

## Bolsonaro diz que vai privatizar um terço das estatais do país

O pré-candidato do PSL à presidência da República, Jair Bolsonaro, afirmou que pretende vender ou fechar um terço das estatais no primeiro ano de governo, caso seja eleito. A tese é defendida por seu consultor econômico, Paulo Guedes.

Bolsonaro disse, em uma de suas primeiras entrevistas após a filiação ao

partido, formalizada no início do mês, que mudou de opinião a respeito das privatizações.

O deputado federal alegou que as estatais foram necessárias no período do regime militar, quando em sua opinião eram bem geridas, mas que agora elas são focos de corrupção e por isso precisam ser eliminadas.

Gilmar Mendes provocou e levou o troco do ministro Luís Roberto Barroso. “Você é uma pessoa horrível. Uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, disse Luís Barroso

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), na quarta-feira, foi preciso ao definir a ação e a figura de Gilmar Mendes, que Fernando Henrique colocou no STF em 2002:

“Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com o atraso e com pitadas de psicopatia. É um absurdo vossa excelência, aqui, fazer um comício cheio de ofensas, grosserias. Vossa excelência não consegue articular um argumento, já ofendeu a presidente, já ofendeu o ministro Fux, agora chegou a mim. A vida para vossa excelência é ofender as pessoas. Não tem nenhuma ideia. Qual é a sua ideia, qual a sua proposta? Nenhuma. É bilis, ódio, mau sentimento, mal secreto, é uma coisa horrível.

“Vossa excelência nos envergonha, vossa excelência é uma desonra para o Tribunal, uma desonra para todos nós. Vossa excelência sozinho desmoraliza o Tribunal. É muito ruim, é muito penoso para todos nós, termos que conviver com vossa excelência aqui. Não tem ideias, não tem patriotismo, está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça.”

### IGNÓBIL

Mendes, numa discussão sobre financiamento eleitoral, dissera que “não se pode fazer isso com o Supremo Tribunal Federal. ‘Ah, agora, eu vou dar uma de esperto e vou conseguir a decisão do aborto, de preferência na turma com três ministros. E aí a gente faz um 2 a 1’”.

Barroso foi o relator no julgamento sobre a questão do aborto – que nada tinha a ver, evidentemente, com o financiamento eleitoral.

O que Mendes fez, portanto, foi um ataque ignóbil ao ministro Barroso, assim como, antes, ofendera a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e o ministro Luís Fux, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Porém, por que Mendes escolheu esses ministros para atacar?

Porque Barroso, Carmen Lúcia e Fux são contra a impunidade dos ladrões do dinheiro e da propriedade pública, dos corruptos, ativos e passivos, das organizações criminosas, no poder há 23 anos.

Tanto foi esse o motivo, que seu ataque grosseiro à ministra Carmen Lúcia foi porque, segundo ele, “deveríamos discutir já as ADCs (Ações Declaratórias de Constitucionalidade) que tratam da prisão após condenação em segunda instância”.

Impedir a prisão após a condenação em segunda instância (os Tribunais Regionais Federais ou seu correspondente estadual, os Tribunais de Justiça) é hoje o cavalo de batalha de todos os corruptos, de todos os que querem acabar com a Operação Lava Jato, de todos os que querem sair impunes – e com as contas no exterior cheias de dinheiro – depois de todos os seus crimes contra o país.

Mendes acusou a ministra Cármen Lúcia de não agendar o julgamento dos pedidos de habeas corpus. E citou, como exemplo, Antonio Palocci, que está preso, mas seu pedido de habeas corpus não é, segundo ele, julgado. Ao que respondeu o ministro Luís Fachin: “O processo referido foi retirado de pauta, a pedido do advogado do réu que está preso”. E, lembrou Fachin, “aliás, nesse plenário há 21 habeas corpus indicados para julgamento”.

O ataque ao ministro Fux, supostamente por não ter levado a julgamento a questão do auxílio-moradia dos juízes, recebeu, do atacado, uma resposta incisiva: “Se houve pedido da parte (de retirada da pauta) e a União concorda, é a obrigação estabelecida em lei”.

Restou a Mendes o papel de bufão: “Posso ter jeito de bobo e até babar na gravata mas respeito a minha inteligência. Vamos organizar o hábito de fazer a pauta com o mínimo de veracidade”.

A pauta, segundo sua opinião, tem que ser organizada

de acordo com os subalternos e corruptos interesses que, usando o cargo de ministro do STF, ele advoga.

Pois, Gilmar Mendes – o sujeito que soltou Daniel Dantas, Eike Batista, o Barata da máfia dos ônibus, e até o esturador em série Roger Abdelmassih – é o paladino da impunidade dos propineiros.

Por isso, o PT e os lulistas, de maneira geral, descobriram as suas virtudes, ao mesmo tempo que atacam Barroso, que tem a posição oposta – a de que os corruptos, condenados em segunda instância, devem começar a cumprir sua pena.

Na página oito desta edição, ou em nosso site, publicamos um breve estudo sobre essa questão (v. [Por que a prisão após a segunda condenação é legal, justa e necessária](#)).

Entretanto, além dos aspectos especificamente jurídicos, o que importa, aqui, é que estão tentando garantir a impunidade dos ratos da República, dos ladrões do dinheiro do povo, dos que assaltaram a Petrobrás, através de impedir que aqueles que foram condenados **duas vezes** (pela primeira e pela segunda instância) não cumpram, jamais, a pena a que foram condenados.

Não se trata apenas de Lula, para quem os lulistas reivindicam um tratamento privilegiado diante da lei. Trata-se, além dele, de seu aliado Sérgio Cabral, já condenado em cinco processos a mais de 100 anos de cadeia – e com treze outros processos aguardando julgamento. Ou de Eduardo Cunha, de Geddel Vieira Lima – em suma, de algumas das figuras mais nojentas que já apareceram no país.

Essa é, hoje, a principal polêmica instalada no STF.

Mendes, em 2016, quando o ministro Teori Zavascki defendeu – e o STF aprovou – a volta da jurisprudência que determinava a execução da pena após a condenação em segunda instância, falou longamente a favor da posição vencedora.

Porém, depois, mudou de posição.

A razão dessa mudança foi apontada pelo ministro Barroso: Mendes “não tem ideias, não tem patriotismo, está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça”.

Ou, mais especificamente, também segundo Barroso, respondendo a Mendes em outra sessão do STF: “você muda a jurisprudência de acordo com o réu”.

### IMPUNIDADE

Com efeito, a diferença da posição de Mendes em 2016, e a de hoje, é apenas a de que alguns cupinchas – Temer, Aécio, Moreira Franco e outros ladrões – estão agora no caminho para a cadeia.

Toda a discussão sobre a execução da pena após a condenação em segunda instância se resume a isso: se os que roubaram o Brasil vão para a cadeia ou vão ficar soltos; se vai ser permitido, ou não, que eles usem o dinheiro roubado para fugir da lei, através de recursos intermináveis; se vai ser garantido a eles o direito de gozar desse dinheiro, abusando ainda mais da paciência dos brasileiros, ou não.

Como lembrou o ministro Barroso, há, no Brasil, 720 mil presos – e 40% deles não têm, nem ao menos, uma condenação. Aos pobres não é garantido direito de recorrer nem ao STF nem ao STJ.

No entanto, Mendes & cia. querem garantir esse direito aos ladrões que roubaram toda a sociedade.

Pois o fato é que deixar que um condenado – e, no caso dos corruptos, condenados com fartas provas – só venha a ser preso depois de julgado o último recurso no STF, além de completamente ilegal, significa nunca puni-lo, pois, como diz a procuradora geral da República, Raquel Dodge, os recursos são praticamente infinitos.

Essa é a neo-jurisprudência Gilmar Mendes, que tanto sucesso está fazendo na cúpula do PMDB, do PT, do PSDB – e seus satélites.

CARLOS LOPES

# Apagão deixa mais da metade do país sem energia elétrica

Mais de 2 mil cidades do Norte e Nordeste ficaram sem luz na quarta-feira. Segundo ONS, o "colapso" foi causado a partir de uma falha em Belo Monte

Um apagão deixou o país sem energia elétrica na tarde desta quarta-feira (21). A queda de energia se iniciou às 15h48min e só foi completamente restabelecida às 19 horas. Mais de 2 mil municípios de 14 estados do Norte e Nordeste do país sofreram com a interrupção total de fornecimento de energia.

Também houve registro de falta de energia em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

A notícia que poderia ser dos anos 2000, durante os últimos anos de FHC, é dada agora, num momento em que o governo Temer conduz o processo de desmonte do sistema Eletrobrás, na tentativa de privatizar a estatal e inicia um novo tarifaço das contas de luz da população, para agradar as multinacionais proprietárias das distribuidoras [ver matéria nesta página].

Segundo o governo, as causas do apagão ainda estão sendo investigadas. Em entrevista coletiva, o ministro das Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, afirmou que houve uma falha na linha de transmissão que liga a Usina de Belo Monte ao sistema, o que causou o apagão. Segundo ele, essa linha foi programada para operar em uma potência maior.

Pouco depois da declaração, Coelho se retirou da entrevista para, segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), "coordenar o trabalho de recuperação do sistema". A explicação então ficou a cargo de Padilha, que garantiu que o governo estava fazendo tudo para controlar a situação. "Ontem era melhor que hoje e agora é melhor do daqui pouco", afirmou.

Logo em seguida, Fernando Coelho Filho foi visto na cerimônia de filiação ao PMDB, partido pelo qual pretende ser candidato a deputado federal por Pernambuco.

**COLAPSO**  
Em entrevista coletiva no início da noite da quarta, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Eduardo Barata Ferreira, disse que a falha ocorreu em um disjuntor na subestação Xingu, no Pará. O problema causou "pequena perturbação" nos sistemas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, mas provocou um "colapso", com "repercussão bem mais acentuada".

nos sistemas do Norte e Nordeste. "A partir dessa interrupção [após a falha], nós tivemos a separação dos sistemas Norte e Nordeste dos sistemas das regiões Sul e Sudeste, o que provocou um excesso de geração na Região Norte e levou à desconexão dos sistemas das regiões Norte e Nordeste. O Brasil tem todo o país interligado, a exceção do estado de Roraima. Neste evento, o que ocorreu foi uma separação dos sistemas Norte e Nordeste e Sul e Sudeste", disse.

## DÉSLIGAMENTO

Com exceção de Roraima e do Acre, que não estão ligados ao sistema de transmissão brasileiro, todos os estados do Norte e Nordeste tiveram interrupção total da energia. De acordo com as distribuidoras de energia locais, 2.049 cidades foram afetadas nos 14 estados. O número representa 93% do total de municípios (2.204) desses estados.

O apagão atingiu todos os municípios dos estados do Rio Grande Norte, da Paraíba, do Maranhão, de Pernambuco, do Ceará, de Sergipe, da Bahia, do Piauí, do Tocantins e do Pará.

Segundo nota do ONS, a queda de energia no restante do país foi programada e São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, tiveram a derrubada de energia. "Em consequência da perda de carga, entrou em funcionamento o primeiro estágio do Esquema Regional de Alívio de Carga do Sistema Sul, Sudeste e Centro-Oeste, com corte automático de consumidores, no montante de 4.200MW", diz o comunicado.

## ÁGUA

O abastecimento de água foi interrompido em toda a Paraíba após o apagão. De acordo com a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), as estações de abastecimento pararam de funcionar com o apagão e o serviço só começaria a ser normalizado após o restabelecimento total de energia.

Segundo a Cagepa, todas as estações de fornecem água na Paraíba foram atingidas pela pane. O órgão informou que, mesmo que o abastecimento de energia retornasse completamente no Estado ainda nesta quarta, o fornecimento de água só deve retornar em sua totalidade a partir da noite de quinta-feira (22) por causa do lento processo de religamento das estações.



No início da noite, moradores da capital cearense ainda não tinham luz

## Aumentos de energia autorizados pela Aneel

outubro 2017 - março 2018

DISTRIBUIDORA	ESTADO	AUMENTO		UNIDADES CONSUMIDORAS
		BAIXA TENSÃO (residencial)	ALTA TENSÃO (indústria)	
CELG	GO	15,89%	12,03%	2,8 milhões
CPFL Piratininga	SP	14,86%	21,51%	1,6 milhões
Companhia Energética de Brasília (CEB)	DF	6,84%	8,46%	1,06 milhão
Bandeirante Energia S.A.	SP	22,67%	27,31%	1,8 milhão
Boa Vista Energia S.A.	RR	36,30%	35,09%	160 mil
Companhia Hidroelétrica São Patrício (Chesp)	GO	9,53%	14,38%	36 mil
Eletroacre	AC	2,67%	-3,60%	267 mil
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	RO	8,84%	6,56%	630 mil
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	AP	38,59%	37,02%	202 mil
Boroborema Distribuidora de Energia (EBO)	PB	16,83%	21,54%	210 mil
Light	RJ	9,09%	13,40%	3,9 milhões
Enel Distribuição (antiga AMPLA)	RJ	21,46%	19,94%	2,6 milhões
CPFL Santa Cruz	SP, MG e PR	7,73%	10,16%	444 mil
Energisa Mato Grosso	MT	10,82%	3,15%	1,3 milhão
CPFL Paulista	SP	15,48%	14,08%	4,3 milhões
RGE-Sul	RS	23,72%	28,25%	1,3 milhão
COSEERN	RN	14,35%	16,18%	1,4 milhão
CEMIG	MG	22,73%	34,41%	8,3 milhões
COELBA	BA	15,48%	13,89%	5,9 milhões
Energisa Sergipe	SE	11,10%	18,21%	762 mil

## Tarifaço: 63% da população já sofre com os aumentos das contas de luz

A série de aumentos nas tarifas de energia que está sendo promovida pelo governo Michel Temer (PMDB) já atingiu 63,3% da população brasileira, apenas nos últimos seis meses. Os aumentos autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) chegam a 38,6%.

Até o momento, em levantamento realizado pela Hora do Povo, com dados fornecidos pela Aneel, 38.948.999 unidades consumidoras tiveram aumento, acima da inflação, de outubro/2017 até março/2018. Esses aumentos na tarifa de energia atingem 132.426.597 milhões de brasileiros em todas as regiões do país.

Nestes seis meses, 13 distribuidoras tiveram aumentos autorizados e outras sete estão aguçando a canetada da Aneel, que já divulgou os percentuais de elevação das tarifas dessas distribuidoras que estão por vir, possivelmente ainda este mês.

Alguns aumentos são exorbitantes. Como é o caso da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que em 28 de novembro passado, teve autorizado uma elevação nas contas de luz de 38,59% para baixa tensão (consumidores residenciais) e 37,02% para alta tensão (consumidores industriais). A CEA atende 202 mil unidades consumidoras localizadas no estado do Amapá.

A Boa Vista Energia S.A. teve o direito concedido pela Aneel de elevar as contas de luz de cerca de 545 mil pessoas em Roraima. Para residências o aumento foi de 35,3% e para indústrias 35,09%. A Boa Vista Energia é uma das poucas estatais na distribuição de energia no Brasil, mas isso é uma questão de tempo, ela é uma das seis distri-

buidoras estatais que serão privatizadas pelo governo Temer, por apenas R\$ 50 mil.

O argumento para a entrega da Boa Vista Energia a preço de banana é o de que ela possui dívidas bilionárias, que não compensam ser mantidas pela Eletrobrás. Acontece que estatais, como a Boa Vista Energia, atuam em áreas onde o setor privado não tem interesse em realizar investimento. Elas são responsáveis pela entrega de energia em regiões mais isoladas, ou que não possuem indústrias.

Neste cenário, o governo autorizar aumentos tão grandes para uma distribuidora, que está com seus dias contados na administração pública, é no mínimo curioso, mas parece mais que Temer quer garantir que a privatização ocorra a qualquer custo, então já está elevando a tarifa para oferecer um negócio ainda mais atrativo às míltis.

Em São Paulo, a Aneel concedeu à Bandeirante Energia S.A., concessionária que atende aproximadamente 1,8 milhão de unidades consumidoras, o direito de aumentar em 22,67% a tarifa para residências e 27,31% para indústrias.

A Enel Distribuição Rio, no último dia 13, foi autorizada a aumentar em 21,46% para baixa tensão e 19,94% para alta tensão. A Enel atende 2,6 milhões de unidades consumidoras em 66 municípios do estado do Rio de Janeiro. Nos próximos dias virá o aumento de 23,72% para baixa tensão e 28,25% para alta tensão, na RGE-Sul Distribuidora de Energia S.A., empresa que atende 1,3 milhão de unidades consumidoras localizadas em 118 municípios das regiões metropolitana e centro-oeste do Rio Grande do Sul. A Cemig Distribuição S.A. está prestes a aumentar em 22,73% a conta de luz dos

mineiros e 34,41% das indústrias mineiras. A concessionária atende 8,3 milhões de unidades consumidoras localizadas em 774 municípios de Minas Gerais.

A maior parte do aumento nas contas de luz veio do reajustes nos custos de compra de energia, de transmissão de eletricidade, que inclui uma indenização multibilionária que está sendo paga às empresas pelo consumidor, e de encargos setoriais, tudo isso pago pelos brasileiros.

O governo e as distribuidoras alegam que o baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas registrados no ano passado, "também contribuíram para a alta na tarifa em 2018". Segundo eles, sem chuvas, foi preciso acionar mais usinas térmicas (que são mais caras) para garantir o suprimento. O governo e as distribuidoras não se planejaram, tiveram que acionar uma fonte de energia mais cara, para garantir suas obrigações perante os contratos de concessão. Porque são os trabalhadores que arcam com os custos?

Na prática, o que ocorre no país inteiro é que a desestruturação programada do setor elétrico pelos últimos governos para os períodos de estiagem, secas e faltas de chuva, é custeada pelos consumidores.

O governo Temer está garantindo o lucro das distribuidoras, em sua maioria privatizadas, à custa dos trabalhadores. O que piora esse cenário é a crise econômica e o desemprego que assola o país, são lares com pessoas desempregadas, famílias tendo que se desdobrar para garantir o mínimo para sobreviver e pagando um preço extremamente abusivo pela energia elétrica.

MAÍRA CAMPOS



Prefeitura não aplicou 80% da verba de combate às enchentes em 2017

## Chuvas deixam mais de mil pessoas desabrigadas em São Paulo. Três morreram

A forte chuva que caiu sobre São Paulo entre a tarde e a noite desta terça-feira (20) acabou terminando com três mortes na capital paulista, sendo uma criança, um adulto e uma idosa. Mais de mil pessoas ficaram desabrigadas após o temporal.

Na favela Água Branca, na zona oeste, o desabamento de barracos causou a morte da menina Sofia Gomes, de 1 ano. A criança estava dentro do barraco com a avó e a mãe. Na hora da chuva, o piso cedeu e ela caiu no córrego. "Deixei ela em cima da cama, quando corri para pegar, ela afundou, meu Deus do céu!", disse Palema Gomes, mãe de Sofia.

Na zona norte, no bairro do Limão, uma senhora idosa de 85 anos morreu após sua casa desabar devido a forte chuva. Outras duas pessoas ficaram feridas no local.

Na quarta-feira de manhã, o vigilante Gerson de Santana, 43 anos, morreu ao ser atingido por uma árvore de grande porte enquanto trabalhava, em Pinheiros. Ele foi socorrido e levado ao Hospital das Clínicas, porém não resistiu aos ferimentos.

## CORTES

A chuva da última terça-feira não pode ser a única responsável pela situação caótica que a cidade ficou. Dezenas de faróis deixaram de funcionar e ao menos 26 pontos de alagamento foram registrados.

Em março do ano passado, há exatamente 1 ano, o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), deslocou R\$ 30 milhões de verbas destinadas ao combate de enchentes e construção de uma ponte e terminais de ônibus para o orçamento da Secretaria de Desestatização e Parcerias, pasta que foi criada por Dória para "acelerar" as privatizações do patrimônio dos paulistanos.

A época, a prefeitura afirmou que o desvio não prejudicaria o combate às enchentes e chegou a anunciar um "programa" de combate aos alagamentos.

Como todos os outros programas da gestão, não passou de enrolação e promessas vazias. Já no final do ano de 2017, às vésperas início do período chuva, a gestão tucana só gastou 21% do previsto no ano para drenagem em São Paulo. Foi gasto somente R\$ 172 milhões de R\$ 837 milhões. Das principais áreas da administração municipal, esta é a que ostenta maior percentual de verba congelada.

Antes de ser eleito, o discurso de João Dória sobre a questão das chuvas e alagamentos era o seguinte: "A cada córrego, que nós vamos fazer a revitalização, depois de revitalizá-lo, canalizá-lo, vamos fazer parques lineares. Sobre eles, teremos parques lineares, com quadras poliesportivas, árvores, bancos, lixeiras".

Depois de eleito, após as falsas promessas, a atual prefeitura da capital paulista não parece preocupada com o tema. O prefeito inclusive já disse que abrirá a mão do cargo para disputar a vaga de governador do estado.

## PR: Projeto que garante cadeira infantil em carros de locadoras é aprovado

O Projeto de Lei nº 366/2016, de autoria do deputado Marcio Pacheco (PPL), que obriga as locadoras de veículos a disponibilizar cadeirinhas auxiliares e assentos elevados no banco traseiro para o transporte de crianças foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). De acordo com Pacheco, o objetivo da proposta é fornecer a segurança mínima necessária no transporte de crianças.

Na próxima quarta-feira acontecerá a votação final do projeto de lei. Segundo o texto, o número de equipamentos não deve ser menor do que 10% da frota das locadoras de veículos. O texto também prevê que as empresas locadoras que descumprirem a lei ficarão sujeitas as diversas penalidades, de pagamento de multa e até a cassação da inscrição estadual. A regulamentação da lei será feita pelo Estado. Para Pacheco, os deputados compreenderam a importância da matéria.

"É um projeto simples, mas ao mesmo tempo muito importante para a segurança do transporte de crianças. Temos que cobrar a responsabilidade das locadoras e também dos pais porque o uso correto das cadeirinhas pode salvar vidas", frisa o deputado.

De acordo com o Ministério da Saúde, 70% das mortes e 90% das lesões de crianças em acidentes de trânsito poderiam ser evitadas se os pais transportassem os filhos em cadeirinhas ou assentos de elevação.

A proposta do deputado Pacheco também teve a aprovação da Comissão de Direito do Consumidor, que destacou a importância do uso das cadeirinhas no banco de trás. Pacheco destaca que o uso das cadeirinhas traz segurança e economia para o SUS (Sistema Único de Saúde) ao reduzir o risco do politraumatismo resultante dos acidentes de trânsito que tanto impacta os gastos públicos com saúde.

## Deputados pedem fim da isenção de R\$ 7,5 bilhões e investigação da Hydro

O despejo de rejeitos da empresa Norsk Hydro nos rios do Pará foi condenado pelos deputados federais José Priante (PMDB) e Edmilson Rodrigues (PSol). Eles defendem a imediata apuração das responsabilidades e o fim da política de isenção fiscal, que permite que a multinacional norueguesa deixe de pagar R\$ 7,5 bilhões em impostos.

Priante criticou a declaração do presidente mundial da Hydro, Svein Richard Brandtzæg, que admitiu o descarte de "água de chuva e da superfície da refinaria não tratadas no rio Pará". Para ele a declaração da empresa foi vista com perplexidade, já que a mesma empresa "recebeu um incentivo fiscal por parte do governo do Pará, até 2030".

"Aquela empresa que poluiu os rios do Pará, um gravíssimo acidente ambiental. Um acidente ecológico talvez, de maior proporção dos últimos tempos aqui na Amazônia [...] recebeu um incentivo fiscal por parte do governo do Pará, até 2030. Uma isenção de R\$ 7,5 bilhões de reais que deixarão de entrar para os cofres do Pará", condenou.

Ele indagou: "Quantos hospitais regionais, escolas, quilômetros de estradas, quantos recursos deixarão de ser investidos na segurança pública, especialmente quando Belém é apontada como uma das capitais mais violentas do mundo".

"O mínimo que nós podemos exigir do governo do Pará é o cancelamento imediato desta isenção fiscal, como forma de resposta para esse grave acidente que aconteceu no Pará, no Brasil, e na Amazônia", enfatizou o deputado.

Na terça-feira (20), o deputado Edmilson Rodrigues conclamou os parlamentares no plenário da Câmara Federal a assinar o requerimento de instalação de uma CPI que pretende apurar os crimes ambientais causados pela Hydro em Barcarena. Ele coordena a Comissão Externa da Câmara que apura os danos causados pela multinacional.

"Não se pode falar mais em acidente porque, primeiro, a Comissão Externa por mim coordenada foi a Barcarena e a diretoria confessou que existia um duto clandestino. Depois, o Ministério Público investigando, descobriu um canal de concreto de grandes dimensões com duas comportas (que também despejava rejeitos diretamente no rio Pará). E agora, foi descoberto um novo duto despejando efluentes nas águas do rio Pará. Portanto, é um crime de genocídio. Milhares de pessoas estão sofrendo", declarou o deputado, na tribuna da Câmara.

Para Edmilson, os dutos são "obras de engenharia clandestinas e criminosas com o objetivo de ludibriar a sociedade e as autoridades".

# “Tirar verba do INSS para ação no RJ é abusurdo”, diz Cobap

Entidade repudiou medida proposta por Temer de desviar dinheiro da Previdência

A Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) condenou a decisão do governo federal de tirar recursos que pertencem à Previdência Social para usá-los na intervenção militar no Rio de Janeiro. Segundo o presidente da entidade, Warley Martins, “é um absurdo! Somos contra que tirem o dinheiro da previdência. É justamente assim que eles conseguem fabricar um rombo fictício, tirando o dinheiro que pertence à Seguridade”, afirmou.

A crítica do aposentado se dá ao fato de que, durante a campanha do próprio governo para aprovar a ‘reforma’ da previdência, o principal argumento era baseado na existência de um enorme déficit. No entanto, a CPI da Previdência realizada no ano passado confirmou que não existe déficit, e sim roubo.

A manobra agora para desviar os recursos dos aposentados foi anunciada pelo ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Segundo ele, o governo decidiu acabar com a desoneração da folha de pagamento, criada em 2011, segundo a qual empresas de 56 setores ficam isentas de pagar os 20% sobre os salários dos funcionários, na forma do PIS, COFINS e outros tributos. Esse processo é a “reoneração”, já que os tributos voltam a ser cobrados.

Esses recursos, que o governo pretende repassar à ação militar no Rio, pertencem ao Orçamento da Seguridade Social e à Previdência Social, como determina a Constituição.

O absurdo, como classificou a Cobap, é ainda maior porque, ao voltar a cobrar um tributo que é constitucionalmente pertencente à Previdência pública, o governo se recusa a entregá-lo ao destino correto e ainda mantém o plano de continuar esse roubo.

Para Warley, essa medida comprova que não havia rombo algum e o que acontecia era maquiagem dos dados. “Ah, agora eles acharam o dinheiro?”, ironizou o sindicalista. “A gente não concorda com essa leitura de rombo na previdência e essa medida prova que não há déficit. Como eles podem tirar dinheiro de onde não tem? A verdade é que, no país hoje, o único lugar que tem dinheiro é a previdência. Não é possível que a segunda maior arrecadação

do país esteja do jeito que esse governo fala”, salientou Warley.

A Cobap publicou uma nota esclarecendo que “ao invés dessas novas receitas da reoneração irem para os cofres do INSS, o governo quer desviar esses recursos da Previdência, dessa vez de cerca de R\$ 1 bilhão, que deveriam ir exclusivamente para o pagamento de aposentadorias e pensões. Recursos da Previdência não podem ser utilizados para ações militares e/ou policiais. A COBAP é contra essa medida. A Previdência Social é política social prioritária e não pode continuar sendo assaltada pelo Governo”.

Durante a campanha governamental para tentar convencer a população (sem sucesso) de que a reforma era muito necessária, Temer e seus capachos divulgaram as maiores atrocidades, inclusive culpando aos funcionários públicos, chamando-os de “privilegiados” – como se o suposto rombo fosse culpa dos salários e aposentadorias dos servidores. Sobre a desoneração, ou ainda a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permite desviar 30% do orçamento da seguridade para o pagamento de juros, não havia uma palavra.

Vale ressaltar, ainda, que mesmo querendo usar recursos da reoneração, que pertencem ao orçamento da Seguridade Social e da Previdência, a verba que o governo federal anunciou que vai liberar para a intervenção no Rio, de R\$ 1 bilhão, ficou muito aquém do pedido feito pelo interventor, general Walter Braga Netto.

O general afirmou que precisaria de R\$ 3,1 bilhões para começar um trabalho consistente de combate ao crime no Rio. Ou seja, é pura demagogia para fingir que está tentando resolver o problema, enquanto na verdade a maior parte do dinheiro arrecadado irá, muito provavelmente, para o pagamento de juros: a estimativa do Planalto é de uma arrecadação extra de cerca de R\$ 8 bilhões com essa medida. Se apenas R\$ 1 bilhão irá para a intervenção, de que outra forma poderia o governo usar os outros R\$7 bi?

Os recursos desviados para a intervenção federal entrariam através de uma Medida Provisória, que o governo pretende enviar para o Congresso ainda esta semana.



## Atos ocorrem desde o ano passado MG: Pimentel atrasa parcela do 13º e revolta servidores

O Governo do Estado de Minas Gerais atrasou nesta semana a terceira parcela do pagamento do 13º salário dos servidores públicos, referente ao ano passado.

O parcelamento do 13º salário foi estipulado pelo próprio governo estadual, bem como o cronograma para o seu pagamento, que deveria ter sido efetuado até esta segunda-feira, 19. Segundo nota da Secretaria de Estado da Fazenda, não foi possível pagar a todos no dia previsto por causa do “fluxo de caixa”.

O Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) repudiou a atitude do governo de Minas de atrasar o pagamento da 3ª parcela, denunciando o descaso, especialmente porque os salários de março também estão parcelados, e grande parte dos que ficaram sem receber na data certa são aposentados.

“Para o Sind-UTE/MG essa atitude evidencia, mais uma vez, o descaso deste governo a essa grande parcela da educação, que já deu a sua contribuição ao Estado e, portanto, merece respeito e tratamento digno. O Sindicato não vê razões para esse tipo de “escolha” por parte do governo, uma vez que a educação tem receita própria vinculada e, portanto, teria os recursos disponíveis para quitar esses compromissos”, diz a nota dos docentes.

Mais de 400 mil servidores nas carreiras da educação, parte da saúde e outras áreas administrativas do governo estão recebendo o 13º salário em quatro parcelas. Já os salários de março serão pagos em três parcelas: nos dias 14, 23 e 29 do mês.

Segundo a Secretaria da Fazenda mineira, 83% dos servidores receberam a terceira parcela até o fim do dia, e o restante, 17% dos que receberiam, tiveram a parcela paga no dia seguinte, terça-feira, 20.



Visita ao Hospital Gonzaguinha da Barra

## Vistoria flagra maternidade sem ultrassom e situação de caos, denuncia vereadora de Fortaleza

Localizado numa das áreas mais populosas e carentes de Fortaleza, o Hospital Distrital e Maternidade Gonzaga Mota, o Gonzaguinha da Barra do Ceará, está há um ano sem aparelho de ultrassom. Essa foi uma das constatações da vistoria realizada na terça-feira, 20, pela vereadora Larissa Gaspar (PPL), presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza. “Ficamos abismadas ao encontrar a maternidade sem um aparelho fundamental para avaliação do desenvolvimento fetal e para o rastreamento de anomalias que é o aparelho de ultrassom. Há 01 ano o Hospital aguarda a aquisição do aparelho o que é um absurdo”, critica a parlamentar.

Mantida com recursos municipais e federais, a maternidade aguarda reforma desde 2012. Enquanto isso os problemas se acumulam. Pelos corredores do Gonzaguinha da Barra, bancos quebrados, macas com tecido rasgado e muita sujeira nas paredes. No teto, parte do reboco caiu, há fiação exposta e muito mofo devido às infiltrações. “Ao entrar no Hospital você se sente mal, uma estrutura muito precária e que põe em risco a saúde de pacientes e profissionais”, alerta

Larissa Gaspar. Em fevereiro foram realizados 753 atendimentos e 230 partos, sendo 132 (57% do total) partos normais.

Apesar de o acolhimento às gestantes ser feito de forma separada do atendimento da emergência geral ou pediatria, a maternidade não tem garantidos nem a privacidade nem o conforto das gestantes, mães e bebês. “As gestantes chegam para ter o bebê pela mesma emergência que as demais pessoas, vão para a sala de parto que possui individualização por cortinas, depois são deslocadas por corredores insalubres ao alojamento coletivo que não tem privacidade nem ventilação adequada, um ambiente quente, inadequado para puérperas e recém nascidos”, diz a parlamentar. O centro obstétrico da unidade não tem Quartos PPP, quais sejam, quartos que atendem pré-parto, parto e pós-parto, como prevê a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.

A série de visitas às maternidades de Fortaleza continua nos próximos dias e ao final um relatório será elaborado apontando todos os pontos críticos do atendimento à mulher gestante na capital cearense.



Governo quer desviar recursos do PIS e COFINS que são da Seguridade

## Com nova mobilização, professores barram avanço do PL da Previdência de J. Dória

Os servidores públicos da cidade de São Paulo fizeram nova manifestação, na última terça-feira (20), e conseguiram a suspensão da votação do SampaPrev (PL 621/2016). Com o projeto, a Prefeitura pretende elevar a contribuição dos servidores públicos municipais de 11% para 14%, e, além disso, criar uma contribuição suplementar que varia de 1% até 4% e instituir um teto de R\$ 5 mil para as aposentadorias, cujo valor complementar seria gerido de maneira privada.

Junto com os servidores, um grupo de mães marchou com seus filhos e declarou apoio às reivindicações dos professores, que estão em greve desde o dia 8 de março.

A Câmara Municipal de São Paulo, em reunião do Colégio de Líderes, decidiu por suspender, temporariamente, a votação da reforma da Previdência de João Dória frente à ampla mobilização dos servidores públicos. De acordo com a vereadora Sâmia Bonfim (PSOL), “a greve dos servidores está encurralando Dória e os vereadores! Estão com medo frente à mobilização. Por isso, o Colégio de Líderes da Câmara formalizou hoje que não haverá votação do projeto nesta semana.” Mas a parlamentar alerta que “esse encaminhamento não significa a retirada do PL de tramitação. Pelo contrário, o governo tentará ganhar tempo”.

Para a assistente social Marcelle Mendes, que esteve presente no ato e tem feito greve em sua unidade, a pré-candidatura de Dória ao governo do Estado é decisiva para essa questão. “Dória está com pressa para usar isso como capital político”. O presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (SINDSEP), Sergio Anriqueira, concorda com a assistente social e complementa: “ele quer dar uma sinalização para os bancos, para o mercado financeiro e para a imprensa golpista, que queria a reforma do Temer, que ele é capaz de fazer e o Temer não”.

O líder do governo na Câmara cogita alterar o projeto



Manifestação realizada em frente à Câmara



Mães e crianças também se somaram ao ato

apresentado, retirando a contribuição suplementar, mas ainda aumentando a alíquota em três pontos percentuais. Para o SINDSEP (Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo) e o Sindicato dos Profissionais em Educação do Ensino Municipal (SINPEEM), as alterações não são o suficiente para o fim das greves e das mobilizações. Eles exigem o arquivamento do projeto de Lei.

Durante o ato, os professores, que foram os primeiros a entrar em greve, decidiram unanimemente pela continuidade das paralisações, que hoje atingem todas as escolas municipais. Além disso, marcaram uma nova manifestação para a

quinta-feira (22) às 13h em frente à Prefeitura, e uma assembleia da categoria na sexta (23) às 13h no Masp.

As mães, que se organizaram pelas redes sociais, levaram seus filhos à manifestação e declararam apoio integral às pautas dos professores. “A gente entende que a greve é justa porque os professores serão mais descontados do que eles já são, com um salário que já é defasado. Como é que eles vão conseguir ficar com nossos filhos, com salas superlotadas e ganhando mal e em escola precária?”, declarou Alita Mariah, cujo filho estuda em uma escola municipal da zona oeste da capital.

## Médicos aderem à greve contra ‘reforma’

Os médicos da rede pública da cidade de São Paulo decidiram, em assembleia realizada na última segunda-feira (19), aderir à greve dos servidores municipais contra a reforma da Previdência de João Dória, o SampaPrev.

Os médicos, que vinham participando das manifestações dos servidores públicos, determinaram a adesão à greve dos servidores municipais até o arquivamento do projeto de Lei. Além disso, prestaram solidariedade aos feridos durante o confronto com a Guarda Civil Metropolitana na manifestação do dia 14.

Em nota, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) “avalia que a capital paulista passa por um processo crônico de destruição dos seus serviços públicos.



Médicos aderiram à greve até retirada do PL

(...) Agora, a última proposta é a mudança da previdência municipal, com aumento da contribuição previdenciária para todos os servidores de 11% para até 19%, um confisco salarial”.

O presidente do Simesp, Eder Gatti, acredita que “tudo isso é parte de um pacote para acabar com os

serviços públicos, o que leva à piora da qualidade do serviço prestado à população. Esse é apenas mais um capítulo de um longo processo. Esperamos que a gestão reconsidere suas ações, ouça os servidores e os respeite para proporcionar um serviço de qualidade à população”.



## Contra privatização, funcionários da Eletrobrás entram em greve em AL

Os trabalhadores da Eletrobrás Alagoas (CEAL) deram início, nesta terça-feira (20), a uma greve contra a privatização da empresa.

A decisão pela greve de quatro dias, durante até a sexta-feira (23), foi tomada em assembleia ocorrida no dia 15 e abrange todo o estado de Alagoas. De acordo com o Sindicato dos Urbanitários de Alagoas, somente os serviços essenciais foram mantidos.

Desde que a privatização da Eletrobrás foi anunciada pelo presidente

Michel Temer (PMDB), o sindicato da categoria vem denunciando os malefícios da proposta, “que trará apenas aumento de tarifas e piora da qualidade dos serviços”. Em nota divulgada pela internet, o sindicato diz que “o povo pobre é quem vai sofrer mais, sem poder pagar energia e, os mais ricos, sofrerão com apagões e a piora na qualidade nos serviços”.

Além disso, a categoria diz que “conta com o apoio da sociedade, esperando compreensão e resistência”.

## Síria: uma guerra provocada pela intervenção dos EUA - 2

NEIL CLARK\*

Tomemos o plano de paz de Kofi Annan de 2012. “Em poucos dias, com o plano de paz de Annan recebendo uma resposta positiva de ambos os lados, no recente março, as forças imperiais destinaram, abertamente, pela primeira vez, milhões de dólares ao Exército Livre Sírio (ELS), para equipamento militar, para prover salários a seus soldados e subornar forças governamentais a fim de que desertassem. Em outras palavras, aterrorizados com o fato de que a guerra civil estava começando a morrer, eles estão achando uma forma de institucionalizá-la”, notou meu colaborador de portal, Dan Glazebrook, no semanário egípcio Al-Ahram.

A ajuda fornecida aos ‘rebeldes’ parecia estar mudando os rumos do conflito em favor dos que queriam mudar o regime. Enquanto os líderes ocidentais alertavam para os perigos dos terroristas ‘islâmicos’ linha dura em casa, davam as boas-vindas para os ganhos destes grupos na Síria. Um informe da Inteligência dos EUA, que veio à luz agora, datado de agosto de 2012, admitiu que “Os salafistas, a Irmandade Islâmica” e a Al Qaeda são as principais forças na direção da insurgência na Síria”. O informe acrescenta que a “Al Qaeda apoiou a oposição desde o começo”, e diz ainda que “isto é exatamente o que as potências que apoiam a oposição querem, no sentido de isolar o regime sírio”.

A entrada legal russa em setembro de 2015, em defesa da Síria secular, onde os povos de todas as religiões pudessem novamente viver em paz, comprovou-se um fator de mudança de jogo e ajudou a empurrar de volta os avanços obtidos pelo Estado Islâmico (EI) e outros grupos radicais terroristas. A guerra poderia ter chegado ao fim em 2016, desde que os Estados Unidos e seus aliados tivessem aberto mão de sua obsessão por mudança de regime e permitissem que as forças sírias e suas aliadas retomassem o controle de todo o país. Mas não o fizeram.

Em setembro de 2016, com os ‘rebeldes’ no contrapé, outro cessar-fogo foi acordado entre o secretário de Estado, John Kerry, e o ministro do Exterior russo, Sergei Lavrov.

De novo não se chegou a nada. Como eu escrevi neste portal: “enquanto o Exército Árabe Sírio teve que deter seus avanços, os ‘rebeldes’ seguiram com seus ataques. O general russo, Vladimir Savchenko, verificou que, em um único período de 24 horas, havia ocorrido não menos de 55 ataques rebeldes, levando à morte de 12 civis”.

E uma semana depois do início do assim chamado cessar-fogo, ataques aéreos norte-americanos ‘acidentalmente’ mataram 62 soldados sírios em Dir Ezzor. “Desde o início, houve muitos ‘acidentes’ deste tipo, incluindo os que partiram do governo americano, buscando quebrar os acordos de cessar-fogo”, lamentou então Lavrov. O fato é que os EUA não têm sido sérios sobre o desejo de acabar com as hostilidades e apenas buscavam usar o ‘cessar-fogo’ como cobertura para rearmar as facções e retomar terreno.

No momento em que o governo sírio se movimentava para liberar Alepo Leste, os muda-regime tornaram-se crescentemente históricos. Na Inglaterra, o deputado de direita, John Woodcock, um ex-dirigente do grupo Trabalhistas Amigos de Israel, chamou o jornal Morning Star de “escória traidora” por usar a palavra “liberação” com relação a Alepo.

Mas Alepo foi liberada e a vida aos poucos foi voltando ao normal. Vemos lamentos similares do tipo “algo precisa ser feito” por parte dos muda-regime no momento em que as forças sírias se mobilizam para recapturar o enclave rebelde de Guta Leste. Mas é interessante que as mesmas pessoas são amplamente silentes com relação à catástrofe humanitária que atinge o Iêmen. “Direitos humanos” só os preocupam quando as transgressões podem permitir acusações contra ‘Inimigos Oficiais’ do Ocidente.

Ainda no início deste mês, até mesmo o escritor neoconservador, Max Boot, acabou admitindo no Washington Post: “O caminho para salvar vidas, como concluí com tristeza, é deixar Assad vencer o mais rápido possível. Alepo se transformara em um terreno baldio em 2016. Mas agora que caiu nas mãos das forças de Assad, fotos que circulam mostram civis passeando por seus parques reconstruídos. Isso é preferível a uma guerra sem fim e inútil”.

Porém outros muda-regime ainda preferem uma “guerra sem fim e inútil” a uma vitória de Assad e reformas democráticas. A menos que isso mude, o derramamento de sangue ainda vai prosseguir.

\* E jornalista, escritor e editor do Blog [www.neilclark66.blogspot.com](http://www.neilclark66.blogspot.com)

# Funcionários públicos franceses param contra corte de 120 mil



Mais de 80 manifestações ocorrem em paralelo com as paralisações

## Governo da Venezuela entrega 45% de sua reserva de ouro a transnacional canadense

A transnacional mineira canadense Gold Reserve certificou que no Arco Mineiro, faixa que se estende de leste a oeste pelo centro do território venezuelano, se encontra a quarta maior mina de ouro do mundo. O ministro de Comunicação e Informação, Jorge Rodríguez, citou o certificado em coletiva de imprensa e confirmou ainda a assinatura de um convenio pelo qual a multinacional ficará com 45% dos lucros que gere a mina, enquanto o Estado obterá os 55% restantes.

Rodríguez, que se apresentou junto ao ministro de Desenvolvimento Mineiro Ecológico, Víctor Cano, disse que a jazida tem reservas de 1.480 toneladas de ouro, e deve gerar o “dobro do que produz a Venezuela por conta do ouro”.

Porém, o professor, pesquisador e integrante da Plataforma Cidadã em Defesa da Constituição da Venezuela, Edgardo Lander, disse que a euforia do governo com a descoberta é além de suspeita, injustificável. Em diálogo com a Radio Fe e Alegria Noti-



Mina de ouro em El Callao, na Venezuela

cias denunciou que a Gold Reserve estará autorizada a extrair e vender o ouro venezuelano no estrangeiro sem ter que passar pelo Banco Central da Venezuela, e que poderá deixar os lucros fora do país em contas offshore.

Lander advertiu que esse convenio, que durará 40 anos, gerará graves riscos para a economia e o meio ambiente. Lembrou que, como se fosse pouco,

a multinacional estará isenta de pagar o Imposto ao Valor Agregado (IVA), impostos municipais e outros.

Lander assegurou que o governo está tomando decisões em secreto sobre pontos estratégicos sem nenhum tipo de debate na sociedade, e que por essa razão tiveram que recorrer a fontes externas para obter informação.

Programa do governo Macron é cortar o orçamento do setor público, com ataque às aposentadorias e congelamento dos salários

Os funcionários públicos da França convocaram uma greve geral para o dia 22 para rechaçar o plano do governo de Emmanuel Macron de eliminar 120 mil empregos públicos, e cortar o orçamento destinado ao setor, além de atacar aposentadorias e congelar salários. A greve tem forte adesão da categoria dos controladores de voo, que também exigem reajuste salarial, o que levou as autoridades aeroportuárias francesas a cancelar uma série de voos domésticos. Companhias aéreas internacionais que fazem voos com escala em aeroportos franceses também estão reprogramando seus voos para os próximos dias.

Já está anunciado que 30% do tráfego aéreo nos aeroportos parisienses estará suspenso.

A paralisação de voos afetará os aeroportos Charles de Gaulle, Orly e Beauvais, esclareceu um porta-voz da direção geral da Aviação Civil.

Também participam da greve os trabalhadores que prestam serviço à Sociedade Nacional de Ferrovias, que se opõem a “reforma” que o governo Macron quer impor aos trabalhadores. A paralisação afeta todo o sistema de transporte ferroviário, de forma que só circulam 30% dos trens da região da capital, Paris; 25% dos interurbanos e 40% dos trens de alta velocidade. A greve dos ferroviários começa às 8h da manhã de sexta e vai até as 19h.

Segundo a Confederação Geral do Trabalho, a CGT francesa, mais de 80 manifestações ocorrem em paralelo às paralisações.

Os trabalhadores da Air France também programaram uma greve para o dia 23. Segundo a organização de controle do tráfego aéreo da Europa, a Eurocontrol, as partidas dos aeroportos de Bordeaux, Lyon, Marseille, Nantes e Toulouse, também estão canceladas.

As torres de controle em Aix-en-Provence e Brest já informaram a companhias no Exterior da redução do tráfego permitido em termos de voos sobre a França.

Isso afeta inclusive voos que partem da Inglaterra com destino a diversos países europeus, a exemplo de Espanha, Portugal, Suíça e Itália, alguns já cancelados e outros com atraso previsto.

A empresa da aviação irlandesa, Ryanair, respondeu à greve de forma arrogante e ao invés de entender que são as medidas governamentais que estão provocando a reação dos trabalhadores pediu a repressão do movimento: “Conclamamos o governo francês e a Comissão da União Europeia a agirem para prevenir estas ações sindicais francesas que estão deixando os consumidores europeus em situação caótica”.

Já prevendo uma alta adesão à greve, a Air France está, desde o começo da semana, oferecendo aos passageiros a sugestão de transferirem as viagens de sexta e sábado para dias posteriores.

## Embaixador dos EUA em Israel é estúpido e colonizador, diz Abbas

O presidente da Autoridade Nacional Palestina Mahmud Abbas, declarou, dia 19, que o embaixador dos Estados Unidos em Israel, David Friedman, além de um “colonizador, de uma família de colonizadores”, é um “filho de cachorro”, expressão árabe que significa “estúpido”, “ignorante”.

A declaração de Abbas aconteceu depois do embaixador norte-americano, durante uma reunião do grupo de apoio às relações Israel-Estados Unidos, realizada na sede do Knesset (parlamento israelense), haver declarado que “os colonizadores israelenses constroem em suas próprias terras”.

Não é a primeira vez que Friedman dá este tipo de declaração, colocando-se ao lado dos anexacionistas israelenses. No mês de setembro do ano passado, ele afirmou (de acordo com o jornal israelense Haaretz), em entrevista, que “Israel só ocupa 2% da Cisjordânia”, e que “sempre foi uma expectativa que Israel se expandisse para a área que conquistou na Guerra dos Seis Dias, em 1967”.

Portanto, as observações de Abbas quanto à estupidez do representante norte-americano são inteiramente pertinentes, uma vez que além da área ocupada pelas tropas israelenses, o que inclui toda a Jerusalém Oriental, só o território ocupado pelos ditos “assentamentos judaicos”, construídos em terras assaltadas aos palestinos, ocupa 42% da Cisjordânia, além de graves distorções, a exemplo do fato de os mais de 3 milhões de palestinos terem acesso a seis vezes menos litros de água para consumo do que os 700 mil judeus israelenses que vivem nestes assentamentos.

Quanto à “expectativa de que Israel se expandisse para a área conquistada em 1967”, além da ocupação ser condenada e considerada ilegal pela legislação internacional, de ter o seu fim exigido por diversas resoluções da ONU, desde o seu início, a desocupação e, agora, o desmonte dos assentamentos judaicos ilegais é visto como única forma de se começar a discutir a paz entre israelenses e palestinos.

Além disso, essa coisa de

expandir Israel para dentro da Cisjordânia, não foi assumido nem mesmo pelo regime israelense. E mais: com os Acordos de Oslo assinados por Itzhaq Rabin (primeiro-ministro que atuou pelos entendimentos com os palestinos e foi assassinado pelos que queriam manter a ocupação e o conflito) e o líder palestino Yasser Arafat, toda a Cisjordânia e a Faixa de Gaza integram o Estado Palestino.

Até mesmo o Departamento de Estado dos Estados Unidos que sempre se referiu à região como “território ocupado”, se distanciou publicamente, em setembro de 2017, das declarações de Friedman.

Abbas também denunciou que a decisão do presidente norte-americano, Donald Trump, de transferir a embaixada dos Estados Unidos para Jerusalém, acaba endossando os absurdos do embaixador, uma vez que, com isso, Trump também “vê os assentamentos e anexações como legítimas”.

Logo depois das denúncias de Abbas, que a Casa Branca considerou “altamente inadequada”, o embaixador dos EUA, em uma conferência sobre antissemitismo em Jerusalém, disse que o palestino o chamou de “filho da puta” e acrescentou: “Isso é antissemitismo ou discurso político? Deixo para vocês decidirem”.

Ao usar uma catilinária que não merece o menor crédito, o embaixador saca da surrada versão israelense segundo a qual é “manifestação de antissemitismo qualquer indignação ou denúncia de sua política de discriminação e de limpeza étnica na Palestina”.

Prosseguindo com sua demagogia, Friedman lembrou a morte de três soldados israelenses “brutalidade que a Autoridade Palestina não condenou”, para mascarar a crueldade de mais de 50 anos de agressão ao povo palestino e, ao invés de se somar às vozes de todo o mundo na condenação da ocupação da Palestina, uma ocupação que não impediu os Estados Unidos de despejarem bilhões em armas no Estado de Israel, vem culpar a resistência popular à agressão pelo conflito.

NATHANIEL BRAIA

## Lobista do regime israelense investe contra atriz Cynthia Nixon

Alan Dershowitz, um dos mais degenerados entre os lobistas judeus norte-americanos a favor do regime israelense, investe agora contra a destacada atriz norte-americana, Cynthia Nixon, que ganhou fama por interpretar a personagem Miranda, no seriado Sex and the City, e que acaba de se lançar pré-candidata (pelo Partido Democrata) ao governo do Estado de Nova Iorque.

Dershowitz, que é professor de Direito em Harvard, e que já se referiu (em seu livro O Caso de Israel) à limpeza étnica que expulsou cerca de 800 mil palestinos de suas terras, com a posterior destruição de 400 aldeias e cidades palestinas, como “uma questão de quinta categoria, em muitos aspectos análoga a renovações urbanas massivas ou outros projetos que requerem movimento de pessoas em larga escala”, agora acusa Nixon de “fanática” e de “apoiar o movimento de Desinvestimento e Sanções a Israel (BDS, sigla em inglês)”.

Ainda que fosse verdade, o apoio ao BDS, um movimento

similar ao que ajudou a derrubar o regime de apartheid sul-africano, seria motivo de elogio e coerência e não de reprimenda. Mas Dershowitz - como de costume - está mentindo com relação à atriz. Cynthia Nixon assinou, em setembro de 2010, junto com outros 150 atores e diretores norte-americanos, inclusive a atriz Vanessa Redgrave, um manifesto em apoio a 50 atores de teatro israelenses que declararam que não se apresentariam em Ariel, uma cidade construída para israelenses, em território assaltado aos palestinos e na qual acabara de ser construído um grande auditório. Os atores israelenses declararam que só se apresentariam em cidades palestinas, como “uma questão de quinta categoria, em muitos aspectos análoga a renovações urbanas massivas ou outros projetos que requerem movimento de pessoas em larga escala”, agora acusa Nixon de “fanática” e de “apoiar o movimento de Desinvestimento e Sanções a Israel (BDS, sigla em inglês)”.

O abaixo assinado foi uma iniciativa de uma organização judaica norte-americana, Jewish Voice for Peace (Voz Judaica pela Paz), que estimula a movimentação nos Estados Unidos contra a ocupação da Palestina, contra os assentamentos e pelas negociações de paz para a construção da Solução dos Dois Estados: Israel e Palestina.

## Evo Morales avalia que houve avanço em Haia sobre obrigação do Chile em negociar acesso do país ao mar

O presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou, na quarta-feira (21), que “seria muito bom” o Chile “dar início as negociações antes da decisão” da Corte Internacional de Justiça de Haia, na Holanda, sobre o processo envolvendo o direito do seu país a ter uma saída soberana para o mar.

Durante a conferência de imprensa realizada no Palácio do Governo, Morales avaliou que, nesta fase final da disputa, que teve início em 2013, a equipe de advogados bolivianos conseguiu “explicar e informar que há uma dívida histórica para com a Bolívia. Sobre isso, há um profundo sentimento de unidade, de dívida, acerca do dano que nos impuseram, o qual não é responsabilidade do povo chileno, mas de pequenos grupos do país”.

A última fase do processo teve início nesta segunda, onde durante 10 dias, tanto a Bolívia quanto o Chile, apresentarão suas argumentações orais finais, para depois delas, passados alguns meses, conforme protocolo, os juizes apresentarem seu veredicto.

As defesas orais da Bolívia ocorreram durante a segunda e terça-feira, sendo as sessões retomadas após o recesso de quarta. “Nestes dias de audiência” nossos advogados tornaram claro e evidente “a existência da obrigação do Estado chileno negociar uma solução para o nosso isolamento marítimo”, afirmou Morales, ainda em Haia, ao fazer referência a Guerra do



Ao retornar de Haia, Evo é recebido por manifestantes no aeroporto: “com Evo a Bolívia regressa ao mar”

Pacífico (1879-1893).

A guerra ocorreu quando o Chile foi utilizado pela Inglaterra em defesa dos interesses da multinacional inglesa Antofagasta Nitrate & Railway Company que, para fugir das taxações bolivianas, à custa de milhares de mortos, venceu a guerra e tomou o território boliviano de Antofagasta e áreas do norte do deserto do Atacama - totalizando 400 quilômetros de costa. “A partir de então, durante mais de 130 anos, a Bolívia não cessou nem cessará de buscar uma solução que restaure o equilíbrio entre os dois Estados, permitindo acesso livre, útil e soberano ao oceano Pacífico”.

Ao retornar à Bolívia, na

quarta, o presidente foi recebido por uma grande manifestação no aeroporto Internacional de El Alto, ainda na madrugada. “Mar para a Bolívia” e “com Evo a Bolívia regressa ao mar”, cantavam os manifestantes.

Além de sua avaliação positiva sobre o andamento do processo, Morales também agradeceu o apoio recebido dos movimentos sociais e de autoridades chilenas, a exemplo do deputado Raúl Alarcón, que considera a demanda boliviana “pequena” diante dos prejuízos históricos do país. O que a Bolívia pede é muito pouco, é muito pouco se comparado com tudo o que perdeu. Eu estou com eles”.

## Porto Rico faz marcha contra reforma que destina recurso público para escola privada

Milhares de professores de Porto Rico paralisaram seu trabalho, na terça-feira (20), para rechaçar a reforma do sistema público de educação, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e proximamente deverá ser votada no Senado.

A reforma apresentada no mês passado pelo governador Ricardo Rosselló está baseada na política de 'livre seleção de escolas', que destina fundos públicos à educação privada mediante vales educativos e escolas "charter".

A Frente em Defesa da Educação Pública liderou o protesto contra a privatização do setor, e está convocando uma marcha de professores neste sábado (24).

O movimento está integrado por entidades como o Educamos, a Federação de Professores de PR, Educadores Porto-riquenhos em Ação, Organização Nacional de Diretores de Escolas de Porto Rico e a Organização de Diretores e Administradores. A convocatória se somaram outros sindicatos como os do setor energético e várias organizações progressistas além de mães, pais e estudantes.

Porto Rico é um território dependente dos Estados Unidos desde 1898, quando os estadunidenses o ocuparam na guerra contra a Espanha. Desde então, a ilha ficou sendo chamada de "estado livremente associado", mas sem ser um estado pleno da federação norte-americana, nem um país independente. Na prática, é uma colônia que não permite que os porto-riquenhos tenham soberania, moeda própria, diplomacia nem forças armadas.

A ilha enfrenta uma grave crise econômica, com 45% de sua população vivendo em estado de pobreza - mais de três vezes o percentual dos Estados Unidos. E o fato de seus cidadãos terem direito a passaporte americano faz com que Porto Rico sofra intensa migração: a ilha tem 3,4 milhões de habitantes, enquanto mais de 5 milhões de porto-riquenhos vivem nos EUA. Ricardo Rosselló, anunciou no ano passado que o território decretaria falência para tentar reestruturar sua dívida pública, estimada em mais de US\$ 70 bilhões.

Eva Ayala, presidente da entidade Educamos, disse em coletiva de imprensa que "chegou o momento de que os professores nos façamos sentir com mais força na sociedade. Para o governo, os interesses das empresas ficam primeiro que nossas crianças e professores".

Para a porta-voz, "só uma ação contundente permitirá que o governo considere sua intransigência".

"Trata-se da diminuição do Estado na área educativa como parte das políticas neoliberais impulsionadas pelo governo. Cortam gastos e aumentam os lucros através de demissões massivas, fechamento massivo de escolas, eliminação de direitos, privatização e aumento no custo deste serviço. Este chamado para a ação é crucial no momentos em que em PR, seis meses após a passagem dos furacões Irma e Maria e a só três meses antes de que comece a temporada de furacões, ainda não foi resolvida a devastação causada no ano passado. Ficam ainda milhares de pessoas sem luz, um desemprego catastrófico, grandes problemas de saúde, incluindo um aumento nos suicídios e a depressão, pessoas sem lar, e milhares de outros problemas que incluem um envenenamento de grandes proporções pelo armazenamento de cinzas tóxicas produto da queima de carvão, e as ineficazes ações - beirando em criminosas - das tarefas de "recuperação" por parte de Agência Federal de Gestão de Emergências, FEMA, e do Corpo de Engenheiros do exército dos EUA", assinalou Eva Ayala.

## Serial bomber de Austin suicida-se no próprio carro após perseguição policial

Um homem branco de 24 anos, procurado como o suposto autor dos ataques com pacotes-bomba em Austin, capital do Texas, morreu na madrugada de quarta-feira (21) ao se explodir no seu veículo quando a polícia estava prestes a capturá-lo. Ele foi identificado como Mark Anthony Condit, um desempregado que cursou a Faculdade Comunitária de Austin, e que mora em um subúrbio, Pflugerville. Nos ataques, duas pessoas foram mortas e quatro feridas.

Os atentados começaram no dia 2 de março. Dois homens negros, de 39 e 17 anos, morreram nas explosões dos pacotes-bomba deixados nas portas de suas casas. Na segunda explosão, também ficou ferida uma senhora. Uma mulher latina de 75 anos ficou ferida na terceira explosão. Vítimas que levaram à suspeita de ódio racial. No entanto, o ataque de domingo (18), em que o dispositivo foi acionado por um cabo, feriu dois homens brancos de 22 e 23 anos que caminhavam por um bairro residencial tranquilo de Austin.

Na madrugada de terça-feira uma bomba explodiu na esteira de um centro de distribuição da FedEx em Schertz. Outra bomba, que não explodiu, foi

encontrada em outra agência da FedEx perto do aeroporto.

Ao buscar enviar pacotes-bomba via FedEx, Condit se expôs às câmeras de segurança. Uma emissora de televisão de Austin divulgou fotos extraídas das câmeras de segurança, mostrando o suspeito com um boné azul de beisebol, luvas e possivelmente uma peruca. O monitoramento do suspeito levou 36 horas, segundo a agência Reuters, e também foram colhidos depoimentos de testemunhas.

Segundo a polícia, Condit fez um vídeo de "confissão" de 25 minutos em seu telefone, que foi recuperado após a explosão. "Ele não menciona nada sobre terrorismo, nem menciona nada sobre ódio, mas é o clamor de um jovem muito perturbado, falando sobre desafios em sua vida pessoal", disse Brian Manley, chefe da Polícia de Austin, a repórteres. Na perseguição, um agente da lei ficou ferido. "Foram três longas semanas para a comunidade de Austin", acrescentou Manley. Com seu expertise no assunto, o presidente Trump imediatamente após a morte de Condit correu a tuitar que este era "muito, muito doente".

# Peru: subornos da Odebrecht e vídeo de jabaculê derrubam PPK



Peruanos nas ruas exigem há meses: que se vão todos os corruptos, PPK e Odebrecht  
**General Hyten do Comando Estratégico admite: "EUA não possui defesa real frente às armas hipersônicas russas"**

O chefe do Comando Estratégico dos EUA, John Hyten, reconheceu, na terça-feira (20), que o Pentágono é impotente frente às armas hipersônicas da Rússia e China. "Não possuímos nada que seja capaz de impedir o uso de tal tipo de armas contra nós", respondeu Hyten ao senador republicano Jim Inhofe, citado pela Business Insider, durante uma reunião do Senado estadunidense dedicada às Forças Armadas.

Para Hyden, que também é general das Forças Aéreas, em relação a tais armas, os EUA possuem apenas "forças de contenção", o que inclui "a tríade" americana, ou seja, aviação estratégica, mís-

seis balísticos intercontinentais, mísseis balísticos lançados por submarinos, somada a suas "capacidades nucleares".

"Tanto a Rússia quanto a China estão buscando de forma agressiva avançar suas capacidades hipersônicas", comentou Hyten durante a audiência. "Nós assistimos eles testarem esses recursos", afirmou ao se referir tanto aos testes russos com mísseis hipersônicos ultramanobráveis, reconhecidos mundialmente após as declarações do presidente russo, Vladimir Putin, que no início de março, em discurso na Assembleia Federal, anunciou o fim do "mundo unipolar" erigido pelos EUA. Bem

como aos testes da China com um drone hipersônico, também chamado veículo aéreo não tripulado hipersônico (HGV).

A suposta ameaça observada no discurso do militar estadunidense reside na ineficácia de toda a defesa antimíssil dos EUA, até então destinada a viabilizar um "primeiro ataque nuclear" contra a Rússia, ou a qualquer outro nação que não se submeta, sem possibilidade de resposta ou retaliação.

Como destacado por Putin na primeira semana de março, os novos sistemas hipersônicos planam "como um meteoro" a até 20 vezes a velocidade do som. G.C.

## "Sangue por Petróleo" Ano 15: do 'anthrax fake news' a Abu Graib

Antecedida por uma cínica exibição de um "tubinho de anthrax" pelo então secretário de Estado Colin Powell na ONU, há 15 anos e inaugurando a era das 'fake news', na noite de 20 para 21 de março de 2003, os EUA iniciaram a invasão do Iraque. A guerra que multitudes no mundo inteiro condenaram como a guerra do "sangue por petróleo", e cujas cenas mais emblemáticas se tornariam, no ano seguinte, as fotos da bestial tortura em Abu Graib.

A guerra havia sido preparada com a opinião pública sendo "amaciada" pelos principais jornais dos EUA, como o New York Times e o Washington Post, com mentiras diárias sobre as "armas de destruição em massa do Iraque" e os "vínculos de Osama com Saddam", praticamente escritas pela CIA antes da publicação, e repetidas centenas, milhares de vezes. Na Inglaterra, o lulu Blair dava uma mão a W. Bush, com a farsa de "Sadam pronto para fazer ataque químico em 45 minutos". O nome do jogo era demonizar Saddam.

Ao contrário do que os facinoras no Pentágono e na Casa Branca haviam prometido, os invasores ianques não foram "recebidos com flores" e, por causa da resistência renhida e abnegada, não foi possível fazer o próprio Iraque pagar, com seu petróleo, a guerra imperialista, que acabou custando US\$ 1 trilhão, e acelerando a crise dentro dos EUA, que se mostraria com toda a força no crash de 2008.

Ao desencadear a guerra ao Iraque, a plutocracia no poder nos EUA achava que "um século americano"



Colin Powell na ONU: pó branco que virou 'anthrax'



Abu Graib: Bloody Gina, a que "tortura porque gosta"

estava à frente, e que ninguém poderia contestar o status do "mundo unipolar" sob seu domínio. A heroica resistência iraquiana fez o império sangrar, dilapidar forças, e deu tempo a outros povos para se reerguerem para a luta contra o imperialismo. Obama teve de aceitar retirar a maior parte das tropas.

Um preço alto, muito alto, para o Iraque e seu povo. Mais de dois milhões de mortos, quatro milhões de refugiados e deslocados internos, uma 'constituição pró-sectarismo' escrita em Washington, o enforcamento do presidente Saddam, esquadrões da morte e um governo colaboracionista. Depois, também o Estado Islâmico, com Mossul em ruínas. O partido Baas continua proscrito.

Mas a vitória contra a intervenção norte-americana na vizinha Síria abre

esperanças de que a antiga nação irá se libertar definitivamente. E o presidente russo Putin acaba de alertar as cabeças quentes de Washington que a paridade estratégica está restaurada, com os novos mísseis hipersônicos russos.

Então, o buraco é mais embaixo, e quem planta encenações pode colher o que não quer. Recomeçou: sai o "vidrinho de anthrax" e aparece "o agente de nervos Novichok" em Salisbury, a Síria é acusada de "preparar ataque químico" e, para quase tudo, a culpa "é de Putin". A russofobia, nova modalidade de macartismo, fede. Enquanto isso, perguntar não ofende: a foto daquela senhora sorridente ao lado de um cadáver em Abu Graib, é ou não é a "rainha da tortura" Gina Haspel, recém indicada para dirigir a CIA? A.P.

Depoimento de representante da construtora havia confirmado repasse ilegal a Pedro Pablo Kuczynski e gravações comprovaram tentativa de compra de votos. PPK renunciou para evitar impeachment

Em pronunciamento à nação no final da tarde desta quarta-feira o presidente do Peru, Pedro Pablo Kuczynski (PPK), anunciou que renunciava ao cargo por não ter mais como resistir "à artimanha de demolição contra o governo", não podendo deixar que "a oposição siga me pintando como uma pessoa corrupta". O que PPK fingiu ignorar foram os milhões recebidos em propinas da Odebrecht ao longo de anos e os vídeos de suborno recentemente tornados públicos.

A bancada da opositorista Força Popular (FP), com o seu porta-voz Daniel Salaverry à frente, havia apresentado, na terça-feira, uma série de vídeos em que se vê os congressistas governistas Guillermo Bocángel e Bienvenido Ramirez oferecendo um conjunto de projetos e obras ao parlamentar Moisés Mamani para que votasse contra o pedido de impeachment do presidente, que seria apreciado na quinta-feira (22).

Numa das reuniões para a compra de votos aparece o congressista Kenji Fujimori, filho do ex-ditador Alberto Fujimori, além do próprio advogado de PPK, Alberto Borea, tornando explícita a orientação oficial de suborno e sua crescente angústia às vésperas da votação.

Durante coletiva de imprensa, Mamani denunciou a tentativa de PPK evitar o afastamento da Casa de Pizarro por meio da entrega de pacotes de obras aos parlamentares. "Tenho as provas que evidenciam que o governo compra congressistas para ficar no poder. Entreguei todas as provas para o representante da minha bancada, a fim de que faça os trâmites correspondentes. Por que enganar a população dizendo que não há recursos para o orçamento, se há dinheiro para comprar o voto dos congressistas? Isso é o que mais me indigna", acrescentou Mamani.

### INDULTO

O presidente só havia conseguido escapar do primeiro pedido de impeachment, em dezembro, após um acordo com o deputado Kenji Fujimori - filho do ditador Alberto Fujimori - e irmão da deputada Keiko. O "indulto de Natal" ao assassino e torturador, dono de uma extensa lista de crimes de lesa-humanidade, tinha garantido a sobrevivência a PPK, aos trancos e barrancos.

A votação do segundo pedido de impeachment teve como motor as relações mais do que entranhadas mantidas por Kuczynski com a construtora brasileira Odebrecht. O mandato do presidente já havia sido colocado em xeque, no começo de março, depois que o representante da empresa no Peru, Jorge Barata, deu um depoimento à Lava Jato em que informou ter financiado a última campanha eleitoral de Kuczynski em troca de benesses. A promiscuidade com a Odebrecht vinha de longa data. De 2004 a 2013, PPK é acusado, entre outros crimes, de ter recebido mais de US\$ 5 milhões em propina da empresa por meio de supostos "serviços de consultoria". Detalhe: em parte deste período foi ministro da Economia do presidente Alejandro Toledo (2001-2006), notório assaltante dos cofres pú-

blicos, atualmente foragido nos Estados Unidos.

### DESESPERO

O porta-voz da FP ressaltou que Kenji Fujimori tentou "desesperadamente" convencer Mamani a "salvar uma gestão corrupta". Os "Kenjivideos" expõem as reuniões que explicitam como os membros do bloco liderado pelo mais novo dos Fujimori, denominado os "Avengers" (vingadores) conseguiram obter um resultado positivo para o presidente durante a votação de dezembro, quando foi evitado o afastamento. O parlamentar Bienvenido Ramirez conta como, a partir da sua abstenção na votação, conseguiu um pacote de "dez obras". Em outras das gravações aparece Kenji, ao lado de seu assessor Alexei Toledo, dizendo a Mamani que não se preocupe com a Promotoria e se concentre nas vantagens que vai obter ao colaborar com PPK, pois estará "do lado do governo".

Outro "Kenjivideo" mostra o até então gerente de Políticas da Superintendência Nacional de Controle de Serviços de Seguranças, Armas, Munições e Explosivos de Uso Civil (Sucamec), Freddy Aragon - recém demitido por conta do vazamento da conversa -, explicando pormenorizadamente ao parlamentar como funciona o "negócio dos congressistas". Também aparece o advogado de Kuczynski, Alberto Borea, passando a Mamani o número telefônico do ministro de Transportes e Comunicações, Bruno Giuffra.

No final da apresentação do vídeo à imprensa, diante da contundência das provas apresentadas e da elevada tensão entre os governistas, Daniel Salaverry pediu proteção à sua vida e de Mamani.

Porta-voz adjunta da FP, Milagros Salazar denunciou na segunda-feira que o governo estava oferecendo "200 mil dólares nas mãos dos congressistas, mais oito projetos para sua região". Confirmando o valor de "200 mil dólares em dinheiro vivo", seu correligionário Héctor Becerril citou "as obras milionárias que vêm junto para favorecer diretamente os congressistas".

Inicialmente aliados do presidente, os parlamentares Gino Costa, Alberto de Belaunde e Vicente Zeballos passaram a defender seu imediato afastamento. Para Belaunde, os vídeos colocaram um novo panorama, diante do qual se vêem obrigados a mudar de posição. "O presidente PPK deve renunciar", defenderam.

Somando-se à enxurrada de denúncias, a parlamentar María Melgarejo informou ter recebido uma ligação telefônica onde um "Avenger" oferecia as mesmas benesses. "Na sexta-feira, eu também fui abordada. Me chamaram para dizer o mesmo: que em troca de meu voto receberia um pacote de obras de 39 milhões de sóis (US\$ 10 milhões)", acrescentou.

Ex-congressista da bancada fujimorista, Martha Chávez, propôs que as autoridades judiciais se posicionem claramente. "Depois de tão grave denúncia, PPK deve ser impedido de sair do país e, assim como todos os envolvidos nesta grande rede de corrupção deve responder às medidas legais cabíveis", concluiu.

LEONARDO SEVERO

# Por que a prisão após a 2ª condenação é legal, justa e necessária - (parte 1)

[O texto abaixo foi escrito há um pouco mais de duas semanas. De lá para cá estive em dúvida sobre se devia ou não publicá-lo aqui, no HP, devido a algumas complicações – na verdade, não estava seguro de que conseguira escrever de maneira clara a propósito de um assunto sobre o qual despeja-se, habitualmente, baldes de obscuridade. No entanto, a questão de que ele trata tornou-se candente. Na verdade, o que está em jogo, nessa questão, é não somente se os condenados a

partir da Operação Lava Jato sairão impunes, ou não, mas o próprio destino do país, do Brasil como Nação soberana e livre. Nenhuma nação pode ser livre se é sufocada por uma cascora de bandidos, preocupados apenas em roubar o povo e sua maior propriedade, o país, com a garantia de total impunidade.

**Ps.** O artigo, que por questão de espaço publicamos aqui em partes, já está disponível na íntegra em nosso site [horadopovo.org.br](http://horadopovo.org.br)

CARLOS LOPES

As discussões sobre a prisão após a condenação em segunda instância extrapolaram, há muito, o meio jurídico. Não deixa de ser saudável que o público em geral também participe da discussão dos problemas judiciais, já que, como diziam os romanos, não se pode alegar desconhecimento da lei (ou, em nossa Lei de Introdução ao Código Civil: “Artigo 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”).

Para a maioria das pessoas, os textos jurídicos, em geral, parecem uma modalidade da Pedra de Roseta, sem que apareça algum sábio – como apareceu, na Pedra original – para decifrar a sua linguagem.

Isto se deve, em boa parte, ao que um dos nossos maiores juristas, Nelson Hungria, chamou de “o estilo copioso dos simuladores de erudição”.

No entanto, as matérias jurídicas merecem a atenção dos homens e mulheres de nossa terra que não são juristas – e podem até mesmo ser emocionantes, como expressão da luta dentro da sociedade. Foi o que demonstrou, por exemplo, Rui Barbosa – e o que tentamos, entre outras coisas, demonstrar aqui.

## DEPOIS DE 1988

Mostrando que a máxima do Barão de Itararé (“De onde menos se espera, daí é que não sai nada”) admite grandes exceções, o ministro Alexandre de Moraes, em recente voto no STF, fez uma observação muito importante:

“... em quase 30 (trinta) anos do texto constitucional [de 1988] foi essa [a execução da pena após a condenação em segunda instância] a posição majoritária do Supremo Tribunal Federal por aproximadamente 23 (vinte e três) anos. Da promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988 até a decisão de 5 de fevereiro de 2009 (HC 84.078/MG, Rel. Min. Eros Grau).

“Durante mais de duas décadas, interpretando o alcance do artigo 5º, inciso LVII da Constituição de 1988, a Corte considerou que a presunção de inocência não impedia o início da execução provisória de pena após o esgotamento do julgamento da apelação em segunda instância” (STF, voto do min. Alexandre de Moraes, RE 696.533/SC, 06/02/2018, grifos nossos).

O artigo 5º, inciso LVII, da Constituição de 1988, é, literalmente, o seguinte: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

É o mesmo dispositivo constitucional que alguns – em geral, condenados por corrupção, seus advogados ou aqueles que pretendem ser seus advogados – levantam como contraditório com a prisão após a condenação em segunda instância.

No entanto, como observa

a procuradora geral da República, Raquel Dodge, o trecho constitucional não se refere à prisão, mas à culpa.

Porém, deixemos essa questão para mais adiante.

Agora, importa ressaltar que o ministro Alexandre de Moraes tem razão quanto à história da jurisprudência do STF.

Veja-se, por exemplo, esta decisão, proferida três anos após a aprovação da atual Constituição:

“A ordem de prisão, em decorrência de (...) decisão de órgão julgador de segundo grau, é de natureza processual e concernente aos interesses de garantia da aplicação da lei penal ou de execução da pena imposta, após o devido processo legal. Não conflita com o art. 5º, inciso LVII, da Constituição” (STF, HC 68.726, rel. min. Néri da Silveira, 28/6/1991, grifo nosso).

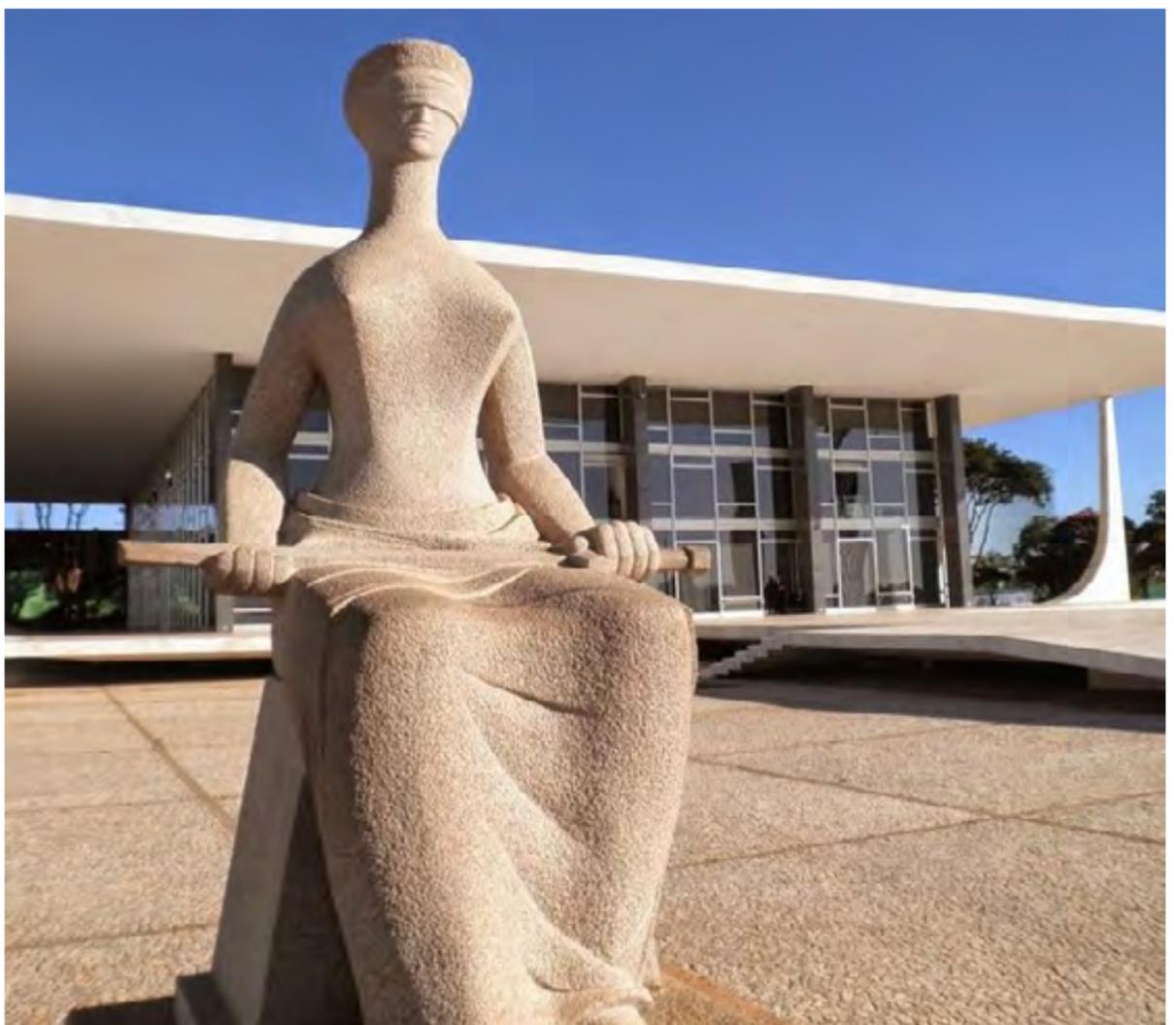
Ou esta outra, nove anos depois de aprovada a Constituição, sobre um condenado – por uma Vara Criminal e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul – que pretendia não ir para a cadeia até que fosse julgado o último recurso possível:

“Descabida é a pretensão do paciente de aguardar em liberdade o julgamento dos recursos que interpôs. Os autos dão notícia de que o paciente interpôs recurso especial [ou seja, recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)]. Contra o despacho que a ele negou seguimento, interpôs agravo de instrumento para o Superior Tribunal de Justiça. Por não terem efeito suspensivo, os recursos especial e extraordinário não impedem o cumprimento do mandado de prisão” (STF, HC 74.983, rel. min. Carlos Velloso, 30/6/1997, grifo nosso).

O ministro Teori Zavascki, de cujo voto, em 2016, extraímos as citações acima, refere mais sete decisões (a última, de 2007, ou seja, 19 anos após a aprovação da atual Constituição) e mais duas súmulas do STF nesse mesmo sentido. Por exemplo: “A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de ser possível a execução provisória da pena privativa de liberdade, quando os recursos pendentes de julgamento não têm efeito suspensivo [ou seja, depois de encerrado o julgamento em segunda instância] ou “a interposição de recurso especial [ao STJ] não impede (...) a imediata execução da sentença condenatória”.

## O TERROR

Porém, em 2009, o STF mudou esse entendimento – que,



**O problema da jurisprudência de 2016, do STF, que retomou a execução da pena após a condenação em segunda instância, é que apavora os corruptos, os ladrões do dinheiro e do patrimônio do povo – e não permite a eles sair impunes**

depois, foi retomado em 2016.

Por isso (e, sobretudo, com os resultados da Operação Lava Jato), aprontou-se uma gritaria contra a prisão após condenação em segunda instância, como se a jurisprudência de 2009, que impedia a prisão após a condenação em segunda instância, fosse a norma – e a única possível.

Na verdade, como disse o ministro Alexandre de Moraes, em 30 anos de vigência da Constituição de 1988, apenas durante sete anos (05/02/2009 até 17/02/2016) impediu a jurisprudência que impedia a prisão após a condenação em segunda instância. Durante os outros 23 anos, foi a atual jurisprudência do STF que prevaleceu.

A gritaria, diga-se de passagem, não se deve, apenas, à condenação de Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), órgão de segunda instância, após a sua condenação, em primeira instância, pela 13ª Vara Federal de Curitiba, que tem como titular o juiz Sérgio Fernando Moro.

Nesse particular, Lula pode ser o mais patético, mas não se diferencia, em nada, dos outros exemplares da espécie dos corruptos. Esse é o denominador comum que faz com que Lula, Temer, Aécio, Renan, e outros heróis da propina, procurem, o tempo todo, fechar um “acórdão” (não confundir com “acórdão”) para acabar com a Operação Lava Jato.

Entretanto, bem antes da condenação de Lula, essa questão aparecera na gravação da conversa entre o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidente do Senado, e seu protegido, o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado:

**SÉRGIO MACHADO:** ...

vamos passar uma borracha no Brasil e vamos daqui para a frente. Ninguém mexeu com isso. E esses caras do...

**RENAN CALHEIROS:** Antes de passar a borracha, precisa fazer três coisas, que alguns do Supremo [inaudível] fazer. Primeiro, não pode fazer delação premiada preso. Primeira coisa. Porque aí você regulamenta a delação e estabelece isso.

**SÉRGIO MACHADO:** Acaba com esse negócio da segunda instância, que está apavorando todo mundo.

**RENAN CALHEIROS:** A lei diz que não pode prender depois da segunda instância, e ele aí dá uma decisão, interpreta isso e acaba isso.

**SÉRGIO MACHADO:** Acaba isso (grifos nossos).

Essa, aliás, é a principal – pode-se dizer, a única – fonte de irritação do corrupto Machado com o Supremo Tribunal Federal. É isso que o faz dizer, em seguida: “eu nunca vi um Supremo tão merda”, sem que Calheiros – presidente do Senado, portanto, do Congresso – esboce o menor protesto.

Ou seja, o problema da jurisprudência de 2016, do STF, que retomou a execução da pena após a condenação em segunda instância, é que apavora os corruptos, os ladrões do dinheiro e do patrimônio do povo – e não permite a eles sair impunes.

Repare o leitor que Machado – o principal elemento que Renan, com a proteção de Lula e Dilma, colocou nas empresas do Grupo Petrobrás – é um ladrão que, depois, confessou a passagem de R\$ 100 milhões em propina para a cúpula do PMDB (Temer, Calheiros, Barbalho, Jucá e Lobão), além de ter roubado R\$ 92 milhões para si mesmo, desviando, portanto, R\$ 192 milhões às custas da frota de petroleiros da Petrobrás, isto é, da Transpetro, da qual foi presidente durante 11 anos. E ninguém garante que ele não escondeu parte do roubo. Pelo contrário, essa é a desconfiança geral.

Não por acaso, tanto ele quanto Renan queriam “acabar” com a jurisprudência de 2016 do STF, que determina a prisão após condenação em segunda instância.

A mesma questão aparece na conversa de Machado com Romero Jucá, outro lavajatista, que substituiu Temer como presidente do PMDB:

**SÉRGIO MACHADO:** Acontece o seguinte, objetivamente falando, com o negócio que o Supremo fez [a decisão sobre o cumprimento de pena após condenação em segunda instância], vai todo mundo delatar.

**ROMERO JUCÁ:** Exatamente, e vai sobrar muito. O Marcelo, e a Odebrecht, vão fazer.

**SÉRGIO MACHADO:** Odebrecht vai fazer.

**ROMERO JUCÁ:** Seletiva, mas vai fazer.

**SÉRGIO MACHADO:** A Camargo vai fazer ou não. Eu estou muito preocupado porque eu acho que... O Janot está a fim de pegar vocês. E acha que eu sou o caminho.

**ROMERO JUCÁ:** [inaudível]

Deixamos ao leitor o julgamento do caráter dessa súcia, a começar pelo próprio Machado, que estava, ao gravar essa conversa, preparando sua própria delação. Mas é inútil esperar que esses marginais engravatados tenham solidariedade uns com os outros. Aliás, ainda bem que não têm.

Mais explicitamente ainda – se é possível – o mesmo assunto aparece na gravação da conversa de Machado com o ex-presidente José Sarney:

**SÉRGIO MACHADO:** ... e o Supremo fez essa suprema... rasgou a Constituição. (...) Aquela reunião do Supremo... rasgaram a Constituição no que diz respeito ao transitado em julgado. O Gilmar que foi... o Gilmar e o Toffoli foram os grandes, os dois filhos da puta, porque se tivessem votado [contra a jurisprudência proposta pelo ministro Teori Zavascki] tinha dado seis a quatro.

**SARNEY:** Foi. Fez aquele negócio com o Delcídio. É pior foi o Senado se acovardar de uma maneira...

Na votação sobre a execução da pena com a condenação em segunda instância, no STF, em 2016, os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli votaram a favor da posição vencedora, defendida pelo relator do caso que estava sendo julgado, mi-

nistro Teori Zavascki.

Daí a fúria de Machado contra Mendes e Toffoli.

Votaram a favor da execução da pena com a condenação em segunda instância os ministros Teori Zavascki, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Luiz Fux, Carmen Lúcia, Dias Toffoli e Gilmar Mendes; votaram contra os ministros Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio de Mello, Celso de Mello e Rosa Weber.

Entre os ministros que então votaram, apenas um, Gilmar Mendes, mudou sua posição, quando os corruptos que se sentem ameaçados pela cadeia incluíram também os de seu próprio círculo (como disse o ministro Luís Roberto Barroso, durante debate com Gilmar Mendes, no plenário do Supremo: “você muda a jurisprudência de acordo com o réu”).

## TRIBUNAIS

A questão levantada pelo ministro Teori Zavascki, na sessão do STF de 17 de fevereiro de 2016, era lógica: após a condenação em segunda instância não existem mais recursos com “efeito suspensivo” (ou seja, recursos que, até serem julgados, suspendem a execução da pena).

Tanto o “recurso especial” (ao STJ) quanto o “recurso extraordinário” (ao STF) não suspendem a execução da pena. Portanto, não havia – e não há – razão legal para que a execução da pena não começasse após a condenação em segunda instância.

Sobre essas questões, faremos aqui um interregno, necessário para, em seguida, continuarmos.

Quanto ao STF, o Código de Processo Penal é claro, ao dizer, em seu artigo 637 que “o recurso extraordinário não tem efeito suspensivo”, com a consequência de que, uma vez impetrado o recurso, “os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença” (cf. CPP, ed. SF, Brasília, 2017, p. 149).

Portanto, até mesmo existe na lei a previsão de que a pena será executada após a condenação em segunda instância.

Continua na próxima edição